CPFL Energias Renováveis S.A.

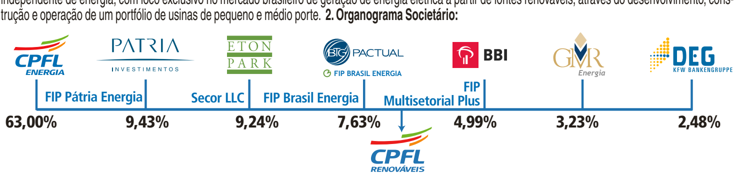
CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Companhia Aberta

www.cpflrenovaveis.com.br

Relatório da Administração

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Cia.") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31/12/2012, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **1. Visão Geral:** A CPFL Energias Renováveis S.A. foi criada em 24/08/2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA - Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis da América Latina, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país - parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), usinas termelétricas movidas à biomassa e plantas solares. Os empreendimentos da Cia. estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional. A CPFL Energias Renováveis S.A. é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte. **2. Organograma Societário:**



3. Portfólio de Ativos: Em 31/12/2012 nosso portfólio de projetos totaliza 1.153,2 MW de capacidade instalada e 582,0 MW de capacidade em construção, sendo composto de trinta e cinco PCH's em operação (326,6 MW), quinze projetos de geração eólica em operação (555,5 MW), seis usinas movidas à biomassa em operação (270,0 MW), um projeto de energia solar em operação (1,1 MW), dezoito projetos de geração eólica em construção (482,0 MW) e duas usinas de geração de energia a partir de biomassa em construção (100 MW). Adicionalmente, a Cia. possui projetos eólicos, de PCHs e de biomassa em desenvolvimento totalizando 3.800,0 MW, perfazendo um portfólio total de 5.535,2 MW.

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	326,6	555,5	270,0	1,1	1.153,2
Construção	-	482,0	100,0	-	582,0
Desenvolvimento	608,0	3.192,0	-	-	3.800,0
Total	**934,6**	**4.229,5**	**370,0**	**1,1**	**5.535,2**

4. Ambiente Macroeconômico: O ano de 2012 foi marcado pela continuidade da instabilidade no cenário macroeconômico internacional, além da ocorrência de outros elementos desfavoráveis que contribuíram para que a desaceleração macroeconômica se aprofundasse. Após a crise de 2008/2009, em 2010 a economia internacional assistiu à recuperação dos países centrais e, em maior medida, dos emergentes. Esperava-se que o mesmo feito se repetisse nos anos seguintes, mas fatores adversos alteraram a tendência de crescimento observada até então. Os países emergentes (sobretudo a China) vêm registrando uma desaceleração mais suave, mas a Europa se encontra em recessão e os EUA seguem em trajetória de crescimento moderado, ainda influenciados pelas negociações em torno do abismo fiscal. Assim, o mundo vivenciou momentos de incerteza em 2012, com implicações sobre o comércio global, confiança e investimento. Esses foram os principais canais de transmissão da crise para o Brasil, com destaque para o desempenho insuficiente da indústria, que registrou queda de 2,7% no ano. Além da desaceleração global, a manutenção do câmbio valorizado em grande parte do ano, os altos estoques e problemas estruturais em infraestrutura, burocracia e qualificação de mão de obra contribuíram para esse fraco desempenho. Entretanto, o governo implementou medidas de estímulo ao setor, destacando-se: desonerações previdenciárias, reduções de tributos, queda nas tarifas de energia elétrica, aumento da capacidade de endividamento dos estados e programas de concessões ao investimento privado. Destaca-se também a queda dos spreads e dos juros (os quais deverão favorecer a dívida pública e os investimentos) e ainda, a mudança do patamar do câmbio para estimular as exportações. Com isso, no final de 2012 a indústria iniciou uma leve recuperação. Enquanto isso, o desemprego continuou baixo, impulsionando o rendimento e a massa de renda, o que explica o bom resultado do comércio em 2012. Com boas perspectivas, estima-se que a alta do PIB brasileiro passe de 1% em 2012 para 3,2% em 2013, segundo o mercado (Boletim Focus), impulsionado pela melhora da confiança, da indústria e dos investimentos. As perspectivas para o mercado interno continuam boas, dado o baixo desemprego e o bom desempenho da renda e do comércio. **5. Setor Elétrico Nacional:** Em 11/09/2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 em 13/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. Entende-se que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios da Cia. em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido firmados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos. **6. Ambientes de Comercialização de Energia:** A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Cia. que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia. A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano. No caso das PCHs, a energia gerada sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da região Sul, que é o contrário da região Sudeste. De acordo com a regra regulatória, de forma geral, a venda de energia das PCHs não depende da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo contrato de concessão ou autorização. Contabilmente a receita é apropriada em função da energia gerada e as diferenças entre a energia gerada e a contratada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada por elas. Já os Parques Eólicos são influenciados de forma mais significativa pelo regime de ventos, que possuem maior intensidade entre os meses de julho a dezembro no Nordeste do país, região onde se encontram situados os Parques Eólicos em operação. O resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada. No caso das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana-de-açúcar. O resultado contábil, assim como nos Parques Eólicos, tem relação com a energia efetivamente gerada (mais alta na safra e mais baixa ou zero na entressafra). No Centro-Sul a safra normalmente ocorre entre abril e novembro, já no Norte-Nordeste ocorre entre agosto e março. **7. Desempenho Econômico-Financeiro (em milhões de reais): 7.1 Apresentação:** A reestruturação societária ocorrida em 24/08/2011 deu origem à CPFL Renováveis. As empresas ERSA, CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram com seus ativos em energias renováveis nesta fusão. O tratamento contábil desta reestruturação resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 e IFRS 3 (R), conforme divulgado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Cia. Em 20/12/2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento"). Em 29/12/2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia"), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios. A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26/03/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29/02/2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 10 meses de operações dessa controlada. A aquisição da BVP foi concluída em 19/06/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31/05/2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 7 meses de operação dessa controlada. A aquisição de Lacenas foi concluída em 18/10/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30/09/2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 3 meses de operação dessa controlada. **7.2 Desempenho econômico-financeiro:** Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

	2011	2012
Receita operacional Líquida	171,9	806,4
Custos de geração de energia elétrica	(45,7)	(387,8)
Despesas gerais e administrativas	(78,9)	(203,5)
Resultado do serviço	47,3	215,1
Resultado financeiro	22,2	(197,6)
Lucro antes da tributação	69,5	17,5
Lucro Líquido	**70,9**	**8,3**

Receita operacional líquida: O crescimento de R$ 634,5 milhões na Receita Operacional Líquida que totalizou R$ 806,4 milhões em 2012, deve-se principalmente a 3 fatores: (i) Constituição da CPFL Renováveis (ago/11) - resultado parcial da combinação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração e aos impactos da "Aquisição Reversa" (vide notas 1.1 e 1.2 das DF's); (ii) Aquisição das empresas: 2011 - Jantus (dez/11) e Santa Luzia (dez/11) - reconhecimento de resultados de 1 mês da Jantus em 2011 e dos 12 meses de 2012 de Jantus e Santa Luzia; 2012 - BVP - parques Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada (jun/12) e Lacenas (out/12) - contribuição em 2012, decorrente do resultado de 7 meses de BVP e de 3 meses de Lacenas. (iii) Entrada em operação: 2011 - Baia Formosa (set/11) e Buriti (out/11) - receitas obtidas em 2011 referem-se a 4 meses de operação de Baia Formosa e 3 meses de operação de Buriti. Em 2012, as receitas obtidas em ambos os projetos correspondem a 12 meses; 2012 - Ipê (mai/12), Pedra (jun/12), Complexo Santa Clara - parques Santa Clara I ao VI e Eurus VI (jul/12), Solar I (dez/12) e Salto Góes (dez/12) - as receitas decorrem de 8 meses de Ipê, de 7 meses de Pedra, de 6 meses do complexo Santa Clara e de 1 mês da Solar I e Salto Góes alocados em 2012. **Custos de geração de energia elétrica:** Em 2012, os custos de geração de energia elétrica totalizaram R$ 387,8 milhões, o acréscimo de R$ 342,1 milhões decorre do incremento no portfólio de ativos. Os principais aumentos ocorreram nas linhas de (i) Depreciação e Amortização (R$ 157,9 milhões) devido à entrada em operação de projetos e à amortização de intangível proveniente da aquisição de ativos e da associação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração, (ii) Custo de Compra de Energia (R$ 67,0 milhões) refletindo principalmente a compra de energia para suprir a diferença entre a energia gerada e a energia contratada para venda que por sua vez refletem a sazonalidade das PCH's e das usinas termoelétricas movidas a biomassa, vale mencionar que a contrapartida está refletida na receita de venda de energia, e (iii) Custo de Operação de Usinas (R$ 117,3 milhões) devido ao início de operação de novos projetos, racional que explica a variação das demais linhas. **Despesas gerais e administrativas:** As Despesas evoluíram R$ 124,6 milhões, totalizando R$ 203,5 milhões em 2012. A amortização do direito de exploração de R$ 92,2 milhões, a provisão para perda de Baldin de R$ 13,8 milhões e as despesas com a preparação para o IPO de R$ 8,2 milhões são as principais razões para tal incremento. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro de 2012 correspondeu à uma despesa financeira líquida de R$ 197,6 milhões, comparada a uma receita financeira líquida de R$ 22,2 milhões no ano anterior. Os principais motivos que explicam tal redução foram: (i) entrada em operação de projetos; (ii) aumento do endividamento oriundo de aquisição; e (iii) novas dívidas contraídas para os projetos em construção. **Imposto de renda e contribuição social:** A Cia. está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e a alíquota do imposto de renda é de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro que exceder R$ 60 mil no trimestre, representando uma tributação total de 34%. Para empresas que apresentam faturamento bruto de até R$ 48 milhões, é facultada a escolha do regime de tributação de IR e CSLL pelo lucro presumido, o que implica aplicação de alíquota de 25% sobre uma base equivalente a 8% da receita bruta para o cálculo do IR devido. Já no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da receita bruta. A maioria dos nossos projetos de investimento atuais e futuros estão enquadrados no regime de lucro presumido. **Lucro líquido:** A redução do lucro líquido acumulado de 2012 foi de R$ 62,6 milhões, atingindo R$ 8,3 milhões. O aumento de R$ 419,6 milhões de EBITDA do ano foi principalmente compensado pelas maiores despesas com depreciação e amortização de R$ 251,8 milhões (R$ 157,9 milhões no custo e R$ 93,9 milhões em despesas), resultado financeiro de R$ 219,8 milhões e Imposto de Renda e Contribuição Social de R$ 10,7 milhões. Vale mencionar que excluindo os efeitos não recorrentes referentes à provisão para perda de Baldin e as despesas com a preparação para o IPO, o lucro líquido alcançaria R$ 30,3 milhões em 2012. **Geração operacional de resultado - EBITDA:** O EBITDA ("EBITDA") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); e (iii) do resultado financeiro, conforme Instrução CVM nº 527, de 04/10/2012. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A administração da Cia. acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. O EBITDA não faz parte das demonstrações financeiras.

	2011	2012
Lucro Líquido	70,9	8,3
Imposto de renda e contribuição social	(1,4)	9,2
Resultado Financeiro	(22,2)	197,6
Depreciação a amortização	37,4	289,2
EBITDA	**84,7**	**504,3**

O EBITDA de 2012 totalizou R$504,3milhões, um acréscimo de R$419,6milhões em relação ao ano anterior. O incremento do portfólio de ativos em operação é a principal explicação para o bom desempenho do indicador. A margem EBITDA evoluiu de 49%para 63%.O crescimento das receitas em função do maior volume de ativos em operação é significativamente maior que o crescimento das despesas da Cia., contribuindo para o bom desempenho da margem EBITDA.**7.3 Desempenho econômico-financeiro (2011"pró-forma" Gerencial):** Visando contribuir com a análise gerencial demonstrando o resultado do período de 12 meses de 2011 consolidado como se fosse integralmente apropriado à CPFL Renováveis, elaboramos o cálculo "pró-forma" dos ativos em operação que compunham o portfólio da Cia. em 2011. O 2011 "pró-forma" Gerencial considera 12 meses dos ativos oriundos de ERSA, CPFL Geração e CPFL Brasil e Jantus.

	2011 (pró-forma)	2012
Receita Operacional Líquida	442,6	806,4
Custo de geração de energia elétrica	(161,1)	(387,8)
Despesas gerais e administrativas	(157,4)	(203,5)
Resultado do Serviço	124,1	215,1
Resultado Financeiro	(93,6)	(197,6)
Lucro antes da tributação	30,5	17,5
Lucro Líquido	**19,6**	**8,3**

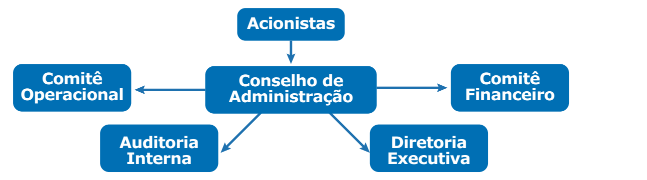
Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida de 2012 atingiu R$ 806,4 milhões, um crescimento de R$ 363,8 milhões em relação a 2011. O incremento deveu-se principalmente a dois fatores: (i) Aquisição das empresas: Santa Luzia (dez/11), consolidação de 12 meses de 2012; BVP - parques Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada (jun/12) e Lacenas (out/12) - consolidação de 7 meses de resultados do ano; e Lacenas, consolidação dos resultados dos últimos 3 meses do ano 2012. (ii) Entrada em operação: 2011 - Baia Formosa (set/11) e Buriti (out/11) - a contribuição nos resultados de 2011 foi de 4 meses e 3 meses, respectivamente; 2012 - Ipê (mai/12), Pedra (jun/12), Complexo Santa Clara - parques Santa Clara I ao VI e Eurus VI (jul/12), Solar I (dez/12) e Salto Góes (dez/12) - portanto, foram consolidados resultados correspondentes a: 8 meses de Ipê; 7 meses de Pedra; 6 meses do Complexo Santa Clara; e 1 mês da Solar I e Salto Góes. **Custos de geração de energia elétrica:** Em 2012 os custos de geração de energia elétrica totalizaram R$ 387,8 milhões, uma evolução de R$ 226,7 milhões, sendo o principal impacto decorrente do maior portfólio de ativos. Os principais aumentos ocorreram nas rubricas de: (i) Depreciação e Amortização de R$ 82,7 milhões devido a entrada em operação de projetos e amortização de intangível proveniente da aquisição de ativos e da associação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração; (ii) Custo de Compra de Energia de R$ 55,6 milhões decorrente da compra de energia para suprir a diferença entre a energia gerada e a energia contratada para venda resultante da sazonalidade das PCH's e das usinas termoelétricas movidas à biomassa, vale mencionar que a contrapartida está refletida na receita de venda de energia; e (iii) Custo de Operação de Usinas de R$ 88,4 milhões explicado pelo início de operação de novos projetos, tal racional que explica também as demais rubricas de custos de geração de energia elétrica. **Despesas gerais e administrativas:** No ano de 2012 as Despesas gerais e administrativas atingiram R$ 203,5 milhões, um crescimento de R$ 46,1 milhões na comparação com 2011. A amortização do direito de exploração de R$ 37,7 milhões e os efeitos não-recorrentes de provisão para perda de Baldin de R$ 13,8 milhões e despesas com a preparação para o IPO de R$ 8,2 milhões são as principais razões para tal incremento. **Resultado Financeiro:** Em 2012, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$ 197,6 milhões, comparada à uma despesa de R$ 93,6 milhões no ano anterior. Os principais itens que explicam a variação são: (i) entrada em operação de projetos; (ii) aumento do endividamento em função de aquisições; e (iii) contratação de dívidas relacionadas aos projetos em construção. **Lucro líquido:** A redução do lucro líquido acumulado de 2012 foi de R$ 11,3 milhões, atingindo R$ 8,3 milhões. O aumento de R$ 213,4 milhões de EBITDA do ano foi principalmente compensado pelas maiores despesas com depreciação e amortização de R$ 122,4 milhões (R$ 82,7 milhões no custo e R$ 39,7 milhões em despesas), e resultado financeiro de R$ 104,0 milhões. Vale mencionar que excluindo os efeitos não-recorrentes referentes à provisão para perda de Baldin e as despesas com preparação para o IPO, o lucro líquido alcançaria R$ 30,3 milhões em 2012. **Geração operacional de resultado - EBITDA:** O EBITDA ("EBITDA") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); e (iii) do resultado financeiro, conforme Instrução CVM nº 527, de 04/10/2012. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS-International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A administração da Cia. acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. O EBITDA não faz parte das demonstrações financeiras.

	2011 (pró-forma)	2012
Lucro Líquido	19,6	8,3
Imposto da renda e contribuição social	10,9	9,2
Resultado Financeiro	93,6	197,6
Depreciação e amortização	166,8	289,2
EBITDA	**290,9**	**504,3**

O EBITDA de 2012 totalizou R$ 504,3 milhões, um acréscimo de R$ 213,4 milhões em relação ao ano anterior. O incremento do portfólio de ativos em operação é a principal explicação para o bom desempenho do indicador. **8. Investimentos:** A CPFL Renováveis avançou largamente na execução do seu plano de crescimento em 2012, tanto através de crescimento orgânico quanto em aquisições de ativos estratégicos. No 1ºsemestre de 2012, entraram em operação comercial as usinas movidas à biomassa Ipê e Pedra, além do início das atividades de construção do complexo Atlântica. No 2º semestre de 2012, entraram em operação complexo eólico Santa Clara, a Solar I e Salto Góes. Adicionalmente, encontram-se em construção os seguintes projetos: Bio Coopcana e Bio Alvorada (potência instalada de 50MW cada uma com previsão p/ conclusão em abril de 2013, Complexo Eólico Macacos I (potência instalada de 78MW com previsão para conclusão em setembro de 2013), Complexo Campo dos Ventos II (potência instalada de 30MW com previsão p/ conclusão em setembro de 2013), Complexo Eólico Atlântica (potência instalada de 120MW com previsão p/ conclusão em julho de 2013, Complexos Eólicos de Campo dos Ventos e São Benedito (potência instalada de 254MW com previsão p/ conclusão em 2015/2016). No tocante às aquisições, concluímos a aquisição da BVP (157MW de parques eólicos em operação no estado do Ceará), do complexo eólico Atlântica (120MW em construção no estado do Rio Grande do Sul) e da Lacenas, usina termoelétrica movida a biomassa localizada no estado de São Paulo de 28,5MW. Em 2012 a Cia. investiu aproximadamente R$1,9 bilhão em aquisições e em seus projetos em construção e planeja para 2013 investimentos na construção de seus projetos contratados de aproximadamente R$1,6bilhão. **9. Endividamento:** O endividamento da CPFL Renováveis está 82,6% concentrado no longo prazo e 17,4% no curto prazo. Uma parcela de 63% deste montante está contratada junto ao BNDES.

	2011	2012
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	119	714
Debêntures	31	39
Total Circulante	**149**	**753**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.356	2.485
Debêntures	486	1.081
Total Não Circulante	**1.843**	**3.566**
Endividamento Total	**1.992**	**4.319**
Caixa e equivalentes de caixa	652	640
Títulos e valores mobiliários	2	2
Aplicações financeiras vinculadas	72	121
Dívida Líquida	**1.266**	**3.555**

A maior parte de nossas dívidas foi contraída para a construção de usinas de geração de energia através de contratos de longo prazo. Parte deste endividamento de longo prazo foi feito em função da assunção de dívidas visando a aquisição de ativos, notadamente as aquisições de BVP e Lacenas. Nossos contratos de financiamento apresentam prazo médio de vencimento de 12 anos e custo médio de 7,6% a.a. **10. Governança Corporativa:**



O modelo de Governança Corporativa da CPFL Renováveis se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O Conselho de Administração da CPFL Renováveis tem como objetivo, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social, fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria. O órgão é composto por 7 membros efetivos, sendo 4 representantes da CPFL Energia, 1 membro independente e 2 representantes dos demais acionistas, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2012. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da Cia.. O Conselho de Administração constituiu dois comitês, Financeiro e Operacional, visando assessorá-lo nas análises de assuntos de interesse do Conselho, bem como subsidiá-lo nas tomadas de decisão nas reuniões ordinárias e extraordinárias. A Cia. possui uma estrutura de Auditoria Interna ligada diretamente ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por 7 membros, quais sejam: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Sustentabilidade, Diretor de Engenharia e Obras, Diretor de Novos Negócios, Diretor de Operação e Manutenção e Diretor de Regulação e Comercialização de Energia. A Diretoria possui mandato vigente até 24 de Agosto de 2013. No segundo semestre de 2011, a CPFL Renováveis implantou o ERP (*Enterprise Resource Planning*) da SAP®, visando conferir melhor qualidade dos seus controles internos, eficiência dos processos, integridade das informações transacionais, agilidade e transparência na prestação de contas, em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa. No exercício de 2012 o ERP foi implementado nos ativos adquiridos no decorrer do ano. **11. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa:** A CPFL Renováveis, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Cia. possui uma política socioambiental que tem como compromissos: 1. Compromisso com o desenvolvimento sustentável: Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor. 2. Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados. 3. Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável. 4. Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira. 5. Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam o desenvolvimento educacional e sanitário das populações abrangidas. 6. Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos. A CPFL Renováveis adere integralmente ao Código de Ética do Grupo CPFL Energia que contempla os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações das empresas do Grupo com os seus diferentes públicos - acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governos, comunidade e sociedade. O Código de Ética está disponível em nosso website institucional (www.cpflrenovaveis.com.br). **12. Eventos Subsequentes:** Em 09/01/2013, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana amortizaram todo o principal e juros das notas promissórias captadas em julho de 2012 vide nota explicativa nº15-h. As controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V emitiram, na mesma data, novas notas promissórias no total de R$230.000 e ao mesmo custo de 108,5% do CDI com vencimento em maio 2013. Em dezembro 2012 as controladas diretas Macacos, Juremas, Costa Branca e Pedra Preta firmaram junto ao BNDES novos contratos de financiamento no valor total de R$ 175.476 e deste montante, em janeiro de 2013 foram liberados R$ 115.616. Os R$ 59.860 restantes deverão ser liberados até março de 2014. O vencimento das operações dar-se-á em abril de 2014 e serão quitadas com as liberações da dívida de longo prazo em estruturação com o BNDES. O custo para o subcrédito já liberado é de TJLP acrescida de 3,02% ao ano. Em 31/12/2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31/12/2012 e em 20/02/2013. Além disso, a Cia. obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31/12/2012, bem como para o exercício a findar-se em 31/12/2013 e o semestre a findar-se em 30 /06/2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default. **13. Auditores Independentes:** A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2012, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço. Durante o exercício social encerrado em 31/12/2012, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do Contrato	Duração	Valor	Percentual do total contratado de auditoria
Prestação de Serviço em conexão com a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações	30/03/2012	5 meses	1.188.249	42%
Auditoria de obras	01/11/2010 e 25/08/2011	média 3 anos	220.520	8%
Trabalhos de procedimentos previamente acordados conforme requerido pela ANEEL - P&D	04/10/2012	1 mês	63.178	
Asseguração sobre cumprimento de covenants financeiros	12/03/2012	3 meses	39.400	1%
			1.511.347	53%

Como se observa, a CPFL Renováveis não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2012. A CPFL Renováveis adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. **14. Agradecimentos:** A Administração da CPFL Renováveis agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação de seus projetos, pela confiança depositada na Cia. no ano de 2012. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/12	Controladora 31/12/11 Reapres.	Consolidado 31/12/12	Consolidado 31/12/11 Reapres.
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.122	211.732	640.085	651.573
Títulos e valores mobiliários	6.1	–	–	2.161	1.853
Contas a receber de clientes	7	5.248	292	170.898	74.432
Despesa antecipada de projetos		–	1.050	–	1.050
Adiantamentos a fornecedores		5.644	7.536	11.070	20.570
Impostos a recuperar	8	6.783	9.932	53.317	47.375
Outros créditos		1.165	306	10.675	12.682
Total do circulante		93.962	230.848	888.206	809.535
Não Circulante					
Depósitos judiciais	20	65	–	201	24
Aplicações financeiras vinculadas	6	–	–	121.431	72.056
Outros créditos	9	1.764	2.271	87.311	90.031
Impostos diferidos	25.2	–	–	11.491	7.332
Impostos a recuperar	8	3.128	–	38.033	47.419
Partes relacionadas	10	10.604	1.075	3.401	–
Investimentos	11	4.636.058	3.697.228	–	–
Imobilizado	12	12.450	6.358	4.634.346	3.118.457
Intangível	13	9.017	3.965	3.022.243	2.331.486
Total do não circulante		4.673.086	3.710.897	7.918.457	5.666.805
Total do Ativo		4.767.048	3.941.745	8.806.663	6.476.340

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/12	Controladora 31/12/11 Reapres.	Consolidado 31/12/12	Consolidado 31/12/11 Reapres.
Circulante					
Fornecedores	14	9.333	1.761	76.137	57.495
Empréstimos e financiamentos	15	77.235	31.726	713.916	118.835
Debêntures	16	3.761	–	39.017	30.569
Partes relacionadas	10	12.810	–	–	–
Dividendos a pagar		–	–	4.000	4.417
Contas a pagar de aquisições	17	11.369	21.694	11.369	174.136
Obrigações trabalhistas		4.730	11.005	4.772	11.005
Obrigações tributárias		1.959	943	44.322	22.468
Adiantamentos de clientes	18	–	–	14.584	68.053
Provisão para custos socioambientais	19	–	–	9.278	3.844
Outros passivos		5.608	4.967	19.907	31.723
Total do circulante		126.805	72.096	937.302	522.545
Não Circulante					
Fornecedores	14	–	–	4.467	–
Empréstimos e financiamentos	15	911.265	582.103	2.485.085	1.356.308
Debêntures	16	426.921	–	1.080.940	486.241
Provisão p/custos socioambient. e desmobiliz. de ativos	19	–	–	46.217	79.281
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	852	–	24.861	14.974
Impostos diferidos	25.2	–	–	926.099	728.780
Provisão para perda de investimentos	11	9.896	–	–	–
Outros passivos		575	606	575	1.271
Total do não circulante		1.349.509	582.709	4.568.244	2.666.855
Patrimônio Líquido	21				
Capital integralizado		2.675.731	2.675.731	2.675.731	2.675.731
Reservas de capital		528.988	533.756	528.988	533.756
Reservas de lucros		32.663	21.565	32.663	21.565
Ajuste de avaliação patrimonial		53.352	55.888	53.352	55.888
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.290.734	3.286.940	3.290.734	3.286.940
Participação de não controladores				10.383	
Total do patrimônio líquido		3.290.734	3.286.940	3.301.117	3.286.940
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.767.048	3.941.745	8.806.663	6.476.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Capital integralizado	Reservas de capital: Debêntures conversíveis	Reservas de capital: Bônus de subscrição	Reservas de capital: Ágio na subscrição de ações	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Pagamento baseado em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/12/2010	874.695	56.378	2	–	–	–	–	–	–	(48.464)	882.611	–	882.611
Lucro do período de sete meses antes da reestruturação societária	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.738	2.738	–	2.738
Saldos em 31/07/2011 antes da reestruturação societária	874.695	56.378	2	–	–	–	–	–	–	(45.726)	885.349	–	885.349
Integralização de capital em agosto de 2011 (Nota 1.1)	923.855	–	–	533.756	–	–	–	–	56.973	–	1.514.584	–	1.514.584
Integralização de capital em agosto de 2011, por conversão de debêntures em capital (Nota 1.1)	56.378	(56.378)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Integralização de capital em dezembro de 2011 (Nota 1.3)	820.803	–	–	–	–	–	–	–	–	–	820.803	–	820.803
Ajuste de integralização de capital dos acionistas não controladores	–	–	(2)	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	(2)
Pagamento baseado em ações	–	–	–	–	–	–	–	826	–	–	826	–	826
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	–	–	65.380	65.380	–	65.380
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.085)	1.085	–	–	–
Proposta da Administração:													
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	1.037	–	–	–	–	(1.037)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	4.925	–	–	–	(4.925)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	14.777	–	–	(14.777)	–	–	–
Saldos em 31/12/2011	2.675.731	–	–	533.756	1.037	4.925	14.777	826	55.888	–	3.286.940	–	3.286.940
Integralização de capital social de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.563	3.563
Ajuste no ágio na subscrição de ações não controladores	–	–	–	(6.850)	–	–	–	–	–	–	(6.850)	6.850	–
Ajuste no ágio na subscrição de ações	–	–	–	2.082	–	–	–	–	–	–	2.082	–	2.082
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.536)	2.536	–	–	–
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8.291	8.291	(30)	8.261
Pagamento baseado em ações	–	–	–	–	–	–	–	271	–	–	271	–	271
Proposta da Administração:													
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	541	–	–	–	–	(541)	–	–	–
Constituição de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	–	2.571	–	–	–	(2.571)	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	7.715	–	–	(7.715)	–	–	–
Saldos em 31/12/2012	2.675.731	–	–	528.988	1.578	7.496	22.492	1.097	53.352	–	3.290.734	10.383	3.301.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R$)

1. Informações Gerais: A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Cia.") tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social: a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis. b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais. c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.9 a nº 1.12. **1.1. Reestruturação societária da Cia. - 2011:** Em 19/04/2011, a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa e PCHs, com a sociedade anteriormente denominada "ERSA - Energias Renováveis S.A." ou "ERSA" e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis. O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL e ERSA) no setor de energias renováveis e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos. Em 21/06/2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4/07/2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas: **Etapa 1:** A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini"); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay"). **Etapa 2:** A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1. **Etapa 3:** A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA. Em 18/07/2011, os acionistas da CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2 acima descritas. Em 22/08/2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24/08/2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24/08/2011. **Etapa 4:** Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente, 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011. Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, incluído de um aporte de capital de R$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011. Esse aumento no patrimônio líquido da ERSA foi contabilizado da seguinte forma: (a) R$923.855 como aumento de capital, o que reflete o valor nominal das ações emitidas pela ERSA; (b) ajuste de avaliação patrimonial no montante de R$56.973, líquido dos efeitos tributários, que se refere ao custo atribuído ao ativo imobilizado das PCHs da CPFL Geração à época da adoção inicial das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), e que foi transferido à ERSA; e (c) R$533.756 como ágio na subscrição de ações, o qual refere-se a diferença entre o valor nominal contábil e o valor justo dos ativos da própria ERSA. A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e *"fairness opinion",* preparado por instituição financeira independente e emitido em 23/08/2011. A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes. A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível ("goodwill") no montante de R$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R$1.129. Isso perfaz o valor de R$533.756, registrado como "reserva de capital - ágio na subscrição de ações" no patrimônio líquido da Cia. em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota. Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na control adora, decorrente da apuração de ganho de capital. Uma vez tendo sido concluído o processo de reestruturação societária descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Cia.). Os impactos da reestruturação societária descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31/07/2011, e assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data, são como segue:

Controladora

Ativo	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo circulante	38.170	484.899	523.069	–	523.069
Ativo não circulante: Imobilizado	–	4.516	4.516	–	4.516
Investimento	854.933	438.915	1.293.848	696.199	1.990.047
Intangível - goodwill	–	162.408	162.408	(162.408)	–
Outros	–	196.140	196.140	–	196.140
Total ativo não circulante	854.933	801.979	1.656.912	533.791	2.190.703
Total do ativo	893.103	1.286.878	2.179.981	533.791	2.713.772
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	11.323	12.696	24.019	–	24.019
Passivo não circulante	285.149	4.636	289.785	35	289.820
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	893.103	1.286.878	2.179.981	533.791	2.713.772

Consolidado

Ativo	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	–	906.580
Ativo não circulante: Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	–	1.716.704
Intangível - direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível - goodwill	–	200.052	200.052	(200.052)	–
Outros	70.830	12	70.842	–	70.842
Total ativo não circulante	875.690	1.189.424	2.065.114	913.492	2.978.606
Total do ativo	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186

1.2. Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL: a) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21. **1)** Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis refletem: • Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação. • Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA), mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação, 24/08/2011. • A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis reflete o capital social de ERSA antes da reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMITA, conforme detalhado anteriormente. **2)** Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3/01/2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011 e, consequentemente, não possui informações para fins de comparação. Somente a partir do 3º trimestre de 2012, as demonstrações financeiras passaram a ser comparativas. **b)** Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 2012, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim: **1)** As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis refletem: • Ativos e passivos de SMITA pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação. • Ativos e passivos de ERSA, mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação. Consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) reconcilia para o mesmo valor. **1.3. Aquisição da Jantus SL - 2011:** Em 7/04/2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Comercialização Brasil S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da Jantus SL ("Jantus"), empresa sediada na Espanha. Em 21/09/2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20/12/2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento"). Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21/12/2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, com um total de quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). O preço total de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda foi de R$1.517.209, correspondente à: **(a)** o valor de R$841.768, desembolsado da seguinte forma: (i) R$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; (iii) R$18.432 referente a complemento de ajuste de preço e; **(b)** a assunção de dívida líquida no valor de R$675.441. Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações; dessa forma, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011. A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes. **1.4. Aquisição da Santa Luzia Energética S.A. - 2011:** Em 17/08/2011, a CPFL Renováveis divulgou em Fato Relevante a aquisição da totalidade das ações representativas de 100% do capital social votante e total da Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia"), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). Em 29/12/2011, a Cia. concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4/01/2012. O valor pago pela Santa

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2012	Controladora 2011 (1) Reapres.	Consolidado 2012	Consolidado 2011 (1) Reapres.
Receita Operacional Líquida	22	28.887	7.843	806.420	171.854
Custo de Geração de Energia Elétrica	23	(22.719)	(5.463)	(387.815)	(45.692)
Lucro Bruto		6.168	2.380	418.605	126.162
(Despesas) Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	23	(71.047)	(64.897)	(84.467)	(54.384)
Remuneração dos administradores	10 e 23	(5.992)	(6.045)	(5.992)	(6.045)
Depreciação e amortização	12	(2.001)	(2.726)	(2.001)	(308)
Resultado de equivalência patrimonial	11	131.257	123.854	–	–
Amortização do direito de exploração	11 e 13	–	–	(111.006)	(18.773)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1	45	–	614
Total		52.218	50.231	(203.466)	(78.896)
Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros		58.386	52.611	215.139	47.266
Receitas financeiras	24	13.207	24.205	56.461	57.036
Despesas financeiras	24	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		8.291	68.666	17.516	69.504
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	–	(548)	(36.226)	(5.700)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	–	–	26.971	7.133
Lucro Líquido		8.291	68.118	8.261	70.937
Atribuível aos acionistas da controladora		8.291	68.118	8.291	70.937
Atribuível a participações não controladoras		–	–	(30)	–
Lucro por ação					
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (R$ por ação)		0,02	0,30	0,02	0,30
Diluído de acordo com CPC/IFRS (R$ por ação)		(0,05)	0,30	(0,05)	0,30

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Cia. e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das informações contábeis da Cia. após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2012	Controladora 2011 (1)	Consolidado 2012	Consolidado 2011 (1)
Lucro Líquido	8.291	68.118	8.261	70.937
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente	8.291	68.118	8.261	70.937

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Cia. e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações financeiras da Cia. após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2012	Controladora 2011 (1) Reapres.	Consolidado 2012	Consolidado 2011 (1) Reapres.
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido	8.291	68.118	8.261	70.937
Aj. p/reconc. o lucro líq. do per. c/o caixa ger. pelas (aplic. nas) ativ. operac.:				
Depreciação e amortização	2.001	2.726	289.373	41.074
Baixa de ativo imobilizado	1.034	95	7.815	175
Equivalência patrimonial	(131.258)	(123.854)	–	–
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	927	–	79	765
Provisão para risco socioambiental e desmobilização	–	–	4.178	–
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	271	826	271	826
Provisão para perdas - Baldin Bioenergia S.A.	–	–	13.838	–
Impostos diferidos	–	–	(26.971)	(7.133)
Atualização monetária	1.532	–	1.537	–
Amortização de custo de captação	594	–	2.095	–
Encargos financeiros de emprést., financiamentos e debêntures	62.971	4.858	228.461	29.259
(Aum.) redução nos ativos operac.: Contas a receber de clientes	(4.956)	216	(80.234)	(45.832)
Outros valores a receber	698	(1.408)	3.968	(106.590)
Impostos a recuperar	21	(4.783)	3.556	(9.731)
Adiantamento a fornecedores	1.892	(1.589)	9.500	(13.160)
Dividendos recebidos	122.141	–	–	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores	7.572	1.617	2.807	2.791
Adiantamento de clientes	–	–	(71.902)	9.369
Obrigações tributárias	1.016	(352)	33.936	23.118
Obrigações trabalhistas	(6.275)	7.226	(10.809)	5.956
Pagamento dos custos socioambientais	–	–	(2.709)	–
Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(119)	–	(241)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(548)	(15.464)	(3.420)
Outros passivos	424	(4.445)	(12.724)	14.433
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	68.777	(51.297)	388.621	12.837
Juros pagos	(37.445)	(363)	(154.544)	(14.233)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	31.332	(51.660)	234.077	(1.396)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquis. de control. menos saldos líq. de caixa adquiridos no ano	(78.178)	(816.555)	(706.186)	(816.510)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(19.785)	(48.608)	(172.476)	(48.608)
Aumento de capital em controladas	(819.872)	(608.832)	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	(308)	(1.853)
Aplicações financeiras vinculadas	–	2.161	(10.623)	(2.042)
Aquisição de imobilizado	(7.812)	(3.624)	(992.879)	(469.844)
Depósitos judiciais	(65)	–	(177)	(24)
Aquisições de intangível	(6.367)	(6.245)	(24.258)	–
Caixa e equivalente de caixa recebidos na incorporação	–	37.307	–	387.051
Partes relacionadas	3.281	3.464	–	1.410
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(928.798)	(1.440.932)	(1.906.907)	(950.420)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	788.385	300.688	1.907.743	349.402
Pagamento de financiamentos	(27.529)	(1.537)	(245.984)	(45.950)
Aumento de capital	–	1.205.000	–	1.299.937
Dividendos pagos	–	–	(417)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	760.856	1.504.151	1.661.342	1.603.389
Aum. (Red.) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa	(136.610)	11.559	(11.488)	651.573
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do período	211.732	200.173	651.573	–
No fim do período	75.122	211.732	640.085	651.573
Aum. (Red.) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa	(136.610)	11.559	(11.488)	651.573

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Cia. e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações financeiras da Cia. após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31/12/2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2012	Controladora 2011 (1)	Consolidado 2012	Consolidado 2011 (1)
Receitas				
Vendas de energia	31.832	8.624	860.948	180.971
Receitas relativas à construção de ativos próprios	7.812	3.622	1.058.935	1.201.514
	39.644	12.246	1.919.883	1.382.485
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de transmissão	(22.719)	(5.463)	(112.010)	(15.559)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(35.630)	(29.926)	(117.971)	(40.140)
Outros custos operacionais	(2.272)	(6.126)	(17.586)	(6.902)
Construção de ativos próprios	(7.812)	(3.622)	(1.058.935)	(1.201.514)
Valor Adicionado Bruto	(28.789)	(32.891)	613.381	118.370
Depreciação e amortização	(2.001)	(2.726)	(289.372)	(37.381)
Valor Adicionado Líquido Gerado pela Companhia	(30.790)	(35.617)	324.009	80.989
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	131.257	123.854	–	–
Receitas financeiras	13.207	24.205	56.461	57.036
Valor Adicionado Total a Distribuir	113.674	112.442	380.470	138.025
Distribuição do Valor Adicionado	(113.674)	(112.442)	(380.470)	(138.025)
Remuneração direta	(23.319)	(24.207)	(23.652)	(18.134)
Benefícios	(3.586)	(2.969)	(3.586)	(2.410)
Impostos, taxas e contribuições	(7.540)	(115)	(7.540)	(2.255)
FGTS	(2.863)	(1.255)	(2.863)	(719)
Empregados	(37.308)	(28.546)	(37.641)	(23.518)
Federais	(2.944)	(5.204)	(63.783)	(5.974)
Municipais	(54)	(182)	(1.296)	(1.430)
Tributos	(2.998)	(5.386)	(65.079)	(7.404)
Juros	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)
Aluguéis/condomínios	(1.775)	(2.289)	(1.775)	(1.406)
Outras	–	47	(13.839)	37
Remuneração de capitais de terceiros	(65.077)	(10.392)	(269.698)	(36.167)
Lucros retidos/lucro líquido do período	8.291	68.118	8.052	70.936

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Cia. e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações financeiras da Cia. após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R$)

Luzia Energética foi de R$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Cia. foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Cia. complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$908. **1.5. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012:** Em 12/01/2012, a Cia. adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26/08/2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Cia. foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26/03/2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). O valor de R$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R$24.000 e (ii) complemento de preço R$528. **1.6. Aquisição da BVP S.A. - 2012:** Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19/06/2012, a Cia. adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores, (ii) assunção de dívida líquida no valor R$439.191, e (iii) R$127.548 destinado a liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Cia. complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$ 83.428. A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). A transferência do controle da BVP para a Cia. foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19/06/2012. **1.7. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012:** Em 09/03/2012, a Cia. assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes). Em 18/10/2012, a Cia. concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R$111.500, sendo R$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R$56.256. A transferência de controle da SPE Lacenas para a Cia. foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 14/08/2012. **1.8. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas: a) Contrapartidas transferidas (pagas):**

	Jantus 21/12/11	Santa Luzia 29/12/11	Complexo Atlântica 26/03/12	BVP 19/06/12	Lacenas 18/10/12
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:					
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	468.916	–	24.000	445.124	53.836
Contas a pagar aos acionistas	–	151.534	–	–	1.408
Caixa transferido diretamente p/a Jantus e BVP para pagto. de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	354.420	–	–	127.548	–
Aj. de preço paga aos vended. de acordo c/cláusula contrat.	18.432	908	528	83.428	–
Total da contraprestação transferida (paga)	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição: Para as aquisições da Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica e BVP a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações. A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração. A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos. A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29/02/2012, BVP em 31/05/2012 foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas em 30/09/2012 encontra-se provisoriamente registrada em 31/12/2012, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas demonstrações financeiras, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada.

	Jantus 21/12/11	Santa Luzia 29/12/11	Complexo Atlântica 26/03/12	BVP 19/06/12	Lacenas 18/10/12
Ativos circulantes:					
Caixa e equivalentes de caixa	6.781	45	186	28.092	–
Contas a receber de clientes	17.426	3.065	–	16.232	–
Impostos a recuperar	49.241	–	–	5.116	–
Despesas antecipadas	1.877	709	121	848	–
Outros créditos	3.653	147	37	1.023	–
Ativos não circulantes:					
Aplicações financeiras vinculadas	35.743	2.930	–	38.752	–
Impostos diferidos	103.725	–	–	57.121	–
Outros créditos	14.801	–	–	10.000	–
Imobilizado	715.864	237.307	23.007	571.495	100.591
Intangível	4.403	–	–	–	–
Intangível - Direito de exploração	1.030.855	88.167	1.873	760.029	17.862
Passivos circulantes: Fornecedores	47.425	4.114	54	14.430	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.731	11.413	–	39.324	7.418
Obrigações tributárias e trabalhistas	4.427	622	5	4.571	–
Adiantamentos de clientes	54.047	–	–	17.553	880
Outros passivos	4.774	1.630	–	603	–
Passivos não circulantes:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	565.158	124.590	–	461.126	48.838
Fornecedores	–	–	–	5.818	–
Impostos diferidos	15.141	–	–	16.629	–
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	350.491	29.977	637	258.410	6.073
Prov. p/desmobiliz. de ativos e compromissos socioamb.	15.770	7.582	–	14.144	–
Adiantamento de clientes	4.637	–	–	–	–
Ativos líquidos adquiridos	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244
Contrapartida transferida	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores ajustados por efeitos tributários serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas, sendo o prazo médio estimado em 21 anos para a Jantus, 29 anos para a Santa Luzia, 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP e 20 anos para Lacenas (Usina Ester).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Jantus 21/12/11	Santa Luzia 29/12/11	Complexo Atlântica 26/03/12	BVP 19/06/12	Lacenas 18/10/12
Contrapartidas pagas em caixa	841.768	152.442	24.528	656.100	53.836
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.781)	(45)	(186)	(28.092)	–
Caixa líquido de aquisição	834.987	152.397	24.342	628.008	53.836

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido das empresas adquiridas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição:

		Receita Operacional Líquida 2012	Receita Operacional Líquida 2011	Lucro (prejuízo) Líquido 2012	Lucro (prejuízo) Líquido 2011
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	–	–	(2.803)	–
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	49.600	–	22.970	–
Jantus	01/12/2011 a 31/12/2011	–	22.300	–	24.300
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	–	849	–
		56.393	22.300	21.016	24.300

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício:

	Receita Operacional Líquida 2011	Receita Operacional Líquida 2012	Lucro (prejuízo) Líquido 2011	Lucro (prejuízo) Líquido 2012
CPFL Renováveis-Histórico	171.854	806.420	70.937	8.261
Ajuste pro forma	150.262	68.759	(58.786)	(20.290)
Total	322.116	875.179	12.151	(12.029)

As aquisições de Jantus e Santa Luzia foram concluídas em 2011. Desta maneira, os impactos destas operações já foram integralmente considerados nas demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012. A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26/03/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29/02/2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada. A aquisição da BVP foi concluída em 19/06/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31/05/2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 7 (sete) meses de operação dessa controlada. A aquisição de Lacenas foi concluída em 18/10/2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30/09/2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Cia. para o exercício findo em 31/12/2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada. **1.9. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs:** Em 31/12/2012, a Cia. possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

PCHs	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Aiuruoca	3	Res. 357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res. 587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des. 1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res. 606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res. 348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	–	–	28,0
Buritis	1	Contrato de Concessão nº 014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res. 540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res. 349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res. 17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res. 1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº 014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res. 370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res. 406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	–	–	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des. 1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Plano Alto	1	Res. 607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp. 1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes ****	1	Res. 2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res. 718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res. 13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº 015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº 014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº 014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res. 355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res. 367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					418,2

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção. ** Informação não auditada pelos auditores independentes. *** Potenciais hidraulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL. **** A SPE Salto Góes entrou em operação comercial em 28/12/2012 conforme despacho nº 4.139 da ANEEL. (1) - Operação. (2) - Construção. (3) - Preparação. Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura. **1.10. Projetos de geração eólica:** Em 31/12/2012, a Cia. possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	–	–	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	–	–	29,9
Campos dos Ventos I	3	Em andamento *	–	–	28,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Em andamento *	–	–	28,0
Campos dos Ventos V	3	Em andamento *	–	–	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	–	–	29,9
Curral Velho	3	Em andamento *	–	–	122,4
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	–	–	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	–	–	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Gameleiras	3	Em andamento *	–	–	18,4
Icaraizinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	–	–	37,8
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias	3	Em andamento *	–	–	37,8
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	–	–	151,2
Praia de Bitupitá	3	Em andamento *	–	–	63,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	–	–	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	–	–	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	–	–	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	–	–	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	–	–	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	–	–	29,9
Total					1.581,8

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção. ** Informação não auditada pelos auditores independentes. (1) - Operação. (2) - Construção. (3) - Preparação. Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura. **1.11. Projetos de geração à biomassa:** Em 31/12/2012, a Cia. possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

Projeto biomassa	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Alvorada	2	Resolução 3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Resolução 259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Resolução 2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti	1	Resolução 2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	Resolução 3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Resolução 2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Resolução 117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Portaria 129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					370,0

* Informação não auditada pelos auditores independentes. (1) - Operação. (2) - Construção. Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura. **1.12. Projetos de geração de energia solar:** Em 31/12/2012, a Cia. possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

Projeto solar	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Solar 1	1	Of. ANEEL nº 961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,0
Total					1,0

* Informação não auditada pelos auditores independentes. **Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL. (1) - Operação. **1.13. Acordo de Acionistas:** Desde 24/08/2011, a Cia. é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%). Em resumo, o Acordo de Acionistas da Cia. dispõe sobre questões relativas ao direito de voto em Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho de Administração; participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de "tag along" e de preferência; e Oferta Pública Inicial, ou outras capitalizações futuras da Sociedade. Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração da Cia. **1.14. Informações por segmento:** A Cia. apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Cia. uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e hidrelétrica). **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Cia. compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas da Cia. e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado. • As demonstrações financeiras individuais da Cia. foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. • As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. **2.4. Demonstração do valor adicionado:** A Cia. elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional. **2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Cia. faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Cia. revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são: • Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8). • Impostos diferidos (nota explicativa nº 25). • Imobilizado (nota explicativa nº 12). • Intangível (nota explicativa nº 13). • Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20). • Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19). • Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26). • Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2). • Outros créditos não circulantes - saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (nota explicativa nº 9). **2.6. Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011:** A Administração da Cia. com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011 e concluiu pela necessidade de sua reapresentação, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º/01/2011. As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora Publicado 2011	Reclassificações Ref. 1	Reclassificações Ref. 1	Reapresentado 2011	Consolidado Publicado 2011	Reclassificações Ref. 2	Reapresentado 2011
Circulante							
Total do circulante	230.848	–	–	230.848	809.535	–	809.535
Não Circulante							
Depósitos judiciais	–	–	–	–	24	–	24
Aplicações financ. vinculadas	–	–	–	–	72.056	–	72.056
Outros créditos	2.271	–	–	2.271	90.031	–	90.031
Impostos diferidos	–	–	–	–	76.526	(69.194)	7.332
Impostos a recuperar	–	–	–	–	47.419	–	47.419
Partes relacionadas	194.228	(193.153)	–	1.075	–	–	–
Investimentos	2.132.320	1.912.922	(348.014)	3.697.228	–	–	–
Imobilizado	6.358	–	–	6.358	3.118.457	–	3.118.457
Intangível	1.723.734	(1.719.769)	–	3.965	2.331.486	–	2.331.486
Total do não circulante	4.058.911	–	(348.014)	3.710.897	5.735.999	(69.194)	5.666.805
Total do Ativo	4.289.759	–	(348.014)	3.941.745	6.545.534	(69.194)	6.476.340

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora Publicado 2011	Reclassificações Ref. 1	Reclassificações Ref. 1	Reapresentado 2011	Consolidado Publicado 2011	Reclassificações Ref. 2	Reapresentado 2011
Circulante							
Total do circulante	72.096	–	–	72.096	522.545	–	522.545
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	582.103	–	–	582.103	1.356.308	–	1.356.308
Debêntures	–	–	–	–	486.241	–	486.241
Prov.p/custos socioamb. e desmob.	–	–	–	–	79.281	–	79.281
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	–	–	–	–	14.974	–	14.974
Impostos diferidos	348.014	–	(348.014)	–	797.974	(69.194)	728.780
Outros passivos	606	–	–	606	1.271	–	1.271
Total do não circulante	930.723	–	(348.014)	582.709	2.736.049	(69.194)	2.666.855
Patrimônio Líquido							
Total do patrimônio líquido	3.286.940	–	–	3.286.940	3.286.940	–	3.286.940
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.289.759	–	(348.014)	3.941.745	6.545.534	(69.194)	6.476.340

Demonstração do Resultado	Controladora Publicado 2011	Reclassificações Ref. 3/4	Reclassificações Ref. 3/4	Reapresentado 2011	Consolidado Publicado 2011	Reclassificações Ref. 4	Reapresentado 2011
Receita Operacional Líquida	7.843	–	–	7.843	171.854	–	171.854
Custo de Ger. de Energia Elétrica	(5.463)	–	–	(5.463)	(41.043)	(4.649)	(45.692)
Lucro Bruto	2.380	–	–	2.380	130.811	(4.649)	126.162
(Despesas) Receitas Operacionais							
Gerais e administrativas	(64.897)	–	–	(64.897)	(59.033)	4.649	(54.384)
Remuneração dos administradores	(6.045)	–	–	(6.045)	(6.045)	–	(6.045)
Depreciação e amortização	(446)	(2.280)	–	(2.726)	(308)	–	(308)
Resultado de equivalência patrimonial	126.545	(4.077)	1.386	123.854	–	–	–
Amortização do direito de exploração	(6.357)	6.357	–	–	(18.773)	–	(18.773)
Outras rec. (desp.) operac., líquidas	45	–	–	45	614	–	614
Total	48.845	–	1.386	50.231	(83.545)	4.649	(78.896)
Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros	51.225	–	1.386	52.611	47.266	–	47.266
Receitas financeiras	24.205	–	–	24.205	57.036	–	57.036
Despesas financeiras	(8.150)	–	–	(8.150)	(34.798)	–	(34.798)
Lucro antes do IR e da CS	67.280	–	1.386	68.666	69.504	–	69.504
IR e contribuição social - correntes	(548)	–	–	(548)	(5.700)	–	(5.700)
IR e contribuição social - diferidos	1.386	–	(1.386)	–	7.133	–	7.133
Lucro Líquido	68.118	–	–	68.118	70.937	–	70.937

Fluxo de Caixa	Controladora Public. 2011	Reclassif. Ref. 5	Reapres. 2011	Consolidado Public. 2011	Reclassif. Ref. 6	Reapres. 2011
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais						
Caixa líq.ger.pelas (aplic.nas) ativ. operac.	(44.511)	(7.149)	(51.660)	73.860	(75.256)	(1.396)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimento						
Caixa líq. aplic. nas ativ. de investimento	(1.448.082)	7.149	(1.440.932)	(1.551.632)	601.211	(950.420)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamento						
Caixa líq. ger. pelas ativ. de financiamento	1.504.151	–	1.504.151	2.129.344	(525.955)	1.603.389
Aum. (Red.) Líq. do Saldo de Disponib.	11.559	–	11.559	651.573	–	651.573

As reclassificações efetuadas decorrem dos assuntos sumariados a seguir: **1.** Reclassificação do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrado no ativo intangível, e respectivos saldos de impostos diferidos-passivo, originalmente registrados no passivo não circulante, reapresentados ao líquido na conta de investimento na controladora e reclassificação do adiantamento para futuro aumento de capital da conta de partes relacionadas para a conta de investimento na controladora; **2.** Impostos diferidos ativo e passivo reapresentados para serem classificados pelos valores líquidos por entidade legal nas demonstrações financeiras consolidadas; **3.** No consolidado, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo líquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora. Na controladora a reclassificação se refere a amortização de outros ativos intangíveis para a conta de depreciação e amortização; **4.** Reclassificação de algumas despesas entre o grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica como forma de aprimorar a comparação das informações; **5.** Fluxo de caixa da controladora para adequação da classificação de transações entre os fluxos de caixa operacionais e de investimentos; **6.** Fluxo de caixa consolidado reapresentados para fins de consideração da aquisição de negócios como um evento inicial do fluxo de investimento, sendo as movimentações posteriores alocadas ao fluxo operacional, de investimento e de financiamento respectivamente. **3. Base de Consolidação e Investimento em Controladas:** As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - % Direta	Participação - % Indireta	Empresas	Forma de Consolidação	Pariticipação - % Direta	Pariticipação - % Indireta
Aiuruoca	Integral	–	100%	Gameleira	Integral	100%	–
Alto Irani	Integral	100%	–	Jantus SL	Integral	100%	–
Arvoredo	Integral	–	100%	Jayaditya (ii)	Integral	–	100%
Atlântica I	Integral	100%	–	Juremas (ii)	Integral	–	95%
Atlântica II	Integral	100%	–	Lacenas	Integral	100%	–
Atlântica IV	Integral	100%	–	Macacos (ii)	Integral	–	95%
Atlântica V	Integral	100%	–	Mohini (ii)	Integral	–	100%
Baixa Verde	Integral	95%	–	Navegantes	Integral	95%	–
Barra da Paciência	Integral	–	100%	Ninho da Águia	Integral	–	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	–	Paiol	Integral	–	100%
Bio Buriti	Integral	100%	–	PCH Holding	Integral	100%	–
Bio Coopcana	Integral	100%	–	PCH Holding 2	Integral	100%	–
Bio Formosa	Integral	100%	–	PCH Participações	Integral	100%	–
Bio Ipê	Integral	100%	–	Pedra Preta (ii)	Integral	–	95%
Bio Pedra	Integral	100%	–	Penedo	Integral	100%	–
Bioenergia	Integral	100%	–	Plano Alto	Integral	100%	–
Bitupitá I	Integral	–	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	–	100%
Bitupitá II	Integral	–	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	–	100%
Bitupitá III	Integral	–	100%	Salto Góes	Integral	100%	–
Boa Vista 1	Integral	100%	–	Santa Clara I	Integral	100%	–
Boa Vista 2	Integral	100%	–	Santa Clara II	Integral	100%	–
BVP	Integral	–	100%	Santa Clara III	Integral	100%	–
Bons Ventos	Integral	–	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	–
Cachoeira Grande	Integral	100%	–	Santa Clara VI	Integral	100%	–
Cajueiro	Integral	95%	–	Santa Clara V	Integral	100%	–
Campos dos Ventos I	Integral	100%	–	Santa Cruz	Integral	100%	–
Campos dos Ventos II (ii)	Integral	–	100%	Santa Luzia	Integral	–	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	–	Santa Mônica	Integral	100%	–
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	–	Santa Úrsula	Integral	100%	–
Campos dos Ventos V	Integral	100%	–	São Benedito	Integral	100%	–
Chimay (ii)	Integral	–	100%	São Domingos	Integral	100%	–
Cocais Grande	Integral	–	100%	São Gonçalo	Integral	–	100%
Corrente Grande	Integral	–	100%	SIIF Alpha Ltda. (i)	Integral	–	60%
Costa Branca (ii)	Integral	–	95%	SIIF Cinco	Integral	–	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	–	SIIF Desenvolvimento	Integral	–	100%
Curral Velho I	Integral	–	100%	SIIF Energies	Integral	–	100%
Curral Velho II	Integral	–	100%	Solar 1	Integral	100%	–
Curral Velho IV	Integral	–	100%	Sul Centrais Elétricas (ii)	Integral	–	100%
Eólica Formosa	Integral	–	100%	T-15	Integral	–	100%
Eólica Holding	Integral	100%	–	Tombo	Integral	100%	–
Eólica Icaraizinho	Integral	–	100%	Turbina 16	Integral	100%	–
Eólica Paracuru	Integral	–	100%	Turbina 17	Integral	100%	–
Eurus V	Integral	100%	–	Varginha	Integral	–	100%
Eurus VI	Integral	100%	–	Várzea Alegre	Integral	–	100%
Farol de Touros	Integral	90%	–	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	–
Figueira Branca	Integral	100%	–	Ventos de São Martinho	Integral	100%	–

(i) A sociedade encontra-se em fase de encerramento. (ii) No exercício findo em 31/12/2012 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota 1.13). Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: **a)** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. **b)** Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas. **c)** Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **d)** Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R$9.896 em 31/12/2012 registrada na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores em 31/12/2012 são de R$10.383 e 31/12/2011 é "zero". **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 4.1. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Cia. no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A transação com o Grupo CPFL, ocorrida no exercício findo em 31/12/2011 e descrita na nota explicativa nº 1 a essas demonstrações financeiras, foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2. As transações relacionadas às aquisições da Jantus e Santa Luzia, ocorridas no exercício findo em 31/12/2011, e as transações relacionadas às aquisições do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, ocorridas no exercício findo em 31/12/2012, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.5. Apresentamos a seguir a composição do resultado do exercício findo em 31/12/2011, na controladora e no consolidado, decorrente dos impactos da contabilização da aquisição reversa:

Demonstração de resultado:	Controladora 2011
Lucro líquido da antiga ERSA - (01/01/2011 a 31/07/2011)	2.738
Lucro líquido das operações após reestruturação societária (01/08/2011 a 31/12/2011)	65.380
Total	68.118

Demonstração de resultado:	Consolidado 2011
Lucro líquido da SMITA - (01/01/2011 a 31/07/2011)	5.394
Lucro líquido após reestruturação societária	65.543
Total	70.937

4.2. Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros: São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Cia. ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Cia. e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros: **a)** Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Cia. e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Cia. e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: títulos e valores mobiliários. **b)** Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Cia. e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) contas a receber de clientes, (iii) partes relacionadas e (iv) aplicações financeiras vinculadas. **• Passivos financeiros:** São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Cia. ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Cia. e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros: **a)** Passivos financeiros não derivativos: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **• Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **4.3. Arrendamentos:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Cia. ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Para os arrendamentos financeiros em que a Cia. ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente. A Cia. e suas controladas participam de transações de arrendamento operacional relacionados ao uso de terrenos dos parques elólicos. **4.4. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Cia. e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **4.5. Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão. Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização. A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos. **4.6. Redução ao valor recuperável ("impairment"): • Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Cia. e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de riscos similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Cia. utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: **a)** Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **b)** Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado. **• Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único. O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. **4.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **4.8. Reconhecimento de receita:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **4.9. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. **4.10. Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Cia. e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Cia. e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos diluitivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 21-i). **4.11. Novas normas, alterações e interpretações de normas: IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:** As "International Financial Reporting Standards - IFRSs" novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros. • Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros. • IAS 12 - Imposto de renda diferido: recuperação de ativos subjacentes. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2). • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (4). • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2). • IFRS 11 - Negócios em Conjunto (2). • IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2). • IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2). • Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1). • Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4). • Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2). • IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2). • IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2). • IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2). • Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3). • Modificações às IFRSs - Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011. • IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2). (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/07/2012. (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2013. (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2014. (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Cia. avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Circulante	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Saldos de caixa e bancos	1.005	2.434	17.718	19.751
Aplicações financeiras: Certificado de depósitos bancários (a)	–	–	264	191.733
Fundos de investimento (b)	74.117	–	609.253	–
Operações compromissadas em debêntures (a)	–	209.298	12.850	440.089
Total de caixa e equivalentes de caixa	75.122	211.732	640.085	651.573

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro. **a)** As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes à 100,93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço. **b)** Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 102,04% do CDI na data do balanço.

6. Aplicações Financeiras Vinculadas e Títulos e Valores Mobiliários:

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.888	1.772
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	2.928	2.717
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.452	1.362
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	2.136	2.005
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.435	1.345
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	17.421	16.350
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	3.301	3.098
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.785	1.675
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.825	1.713
Várzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	1.089	1.021
Bons Ventos (b)	BNB	Título Público	Indefinido	LFT	99,00%*	35.903	–
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo/CDB	Indefinido	Diversos	93,08% a 98%*	38.657	34.446
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo	Indefinido	Diversos	87,64%*	6.208	1.613
Penedo Energia (e)	CEF	Caução	Indefinido	TR	TR*	–	9
Bio Formosa (f)	Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	98,87%*	2.068	–
Bio Pedra (f)	Itaú	CDB	jun/14	CDI	95,00%*	3.335	2.930
Total						121.431	72.056

(*) Remuneração média do ano, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI. **(a)** Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a seis meses de serviço da dívida. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. **(b)** Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. **(c)** Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela Jantus, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. **(d)** Referem-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. **(e)** Referem-se a garantias contratuais constituídas para registro e aprovação de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 393, de 4/12/1998. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. **(f)** Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31/12/2012 a garantia estava 100% integralizada. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurado pelo custo amortizado. **6.1. Títulos e valores mobiliários:**

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Jantus (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%*	1.853	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%*	8	–
Bons Ventos (b)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%*	200	–
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%*	100	–
						2.161	1.853

(*) Remuneração média do ano , tendo como referência o Depósito interbancário - DI. **(a)** A controlada indireta SIIF possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R$1.853, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **(b)** A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a Sul America S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R$308, remunerado pela TR, referente a título de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **7. Contas a Receber de Clientes:** Os saldos em 31/12/2012 e 31/12/2011 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

Circulante	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Concessionárias e permissionárias	5.248	292	170.898	74.432

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
CCEAR*	–	–	28.863	4.616
CER**	–	–	23.193	–
Mercado Livre	5.248	292	27.538	41.798
Proinfa	–	–	91.304	28.018
Total	5.248	292	170.898	74.432

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado. ** Contrato de Energia de Reserva. Composição das contas a receber a vencer:

Controladora A vencer	Total	Consolidado A vencer	Total
0 - 15 dias	3.920	0 - 15 dias	36.817
16 - 30 dias	1.328	16 - 30 dias	56.338
31 - 45 dias	–	31 - 45 dias	13.668
Acima de 45 dias	–	Acima de 45 dias	64.075
	5.248		170.898

Em 31/12/2012, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$ 91.304 (53% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) 32.981 (19% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), (iii) R$20.143 (12% do total) do grupo CPFL, (acionista controlador), e (iv) R$6.593 (4% do total) por um grande consumidor. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data do faturamento. A Administração da Cia. e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grandes consumidores livres com baixo risco de crédito, entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **8. Impostos a Recuperar:**

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	492	11.275	5.936
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.496	8.902	26.766	29.033
COFINS	97	–	43.850	47.876
PIS	21	–	9.459	10.410
Outros	33	538	–	1.539
	9.911	9.932	91.350	94.794
Ativo circulante	6.783	9.932	53.317	47.375
Ativo não circulante	3.128	–	38.033	47.419
Total	9.911	9.932	91.350	94.794

O saldo da rubrica "Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF" refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Cia. e de suas controladas e não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido. Os saldos das rubricas "PIS" e "COFINS" a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Cia. na base de 1/48 avos do valor original. **9. Outros Créditos não Circulantes:**

Não Circulante	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Créditos a receber - consórcios (a)	–	–	43.245	36.634
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A.	–	–	(13.838)	–
Contratos de pré-compra de energia (a)	–	–	31.627	34.867
Ativos por indenização (b)	–	–	23.950	13.950
Reembolso RGR	–	–	–	1.909
Outros créditos a receber	1.764	2.271	2.327	2.671
Total	1.764	2.271	87.311	90.031

(a) Baldin Bioenergia S.A.: A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25/06/2012, pedido de recuperação judicial. No dia 16/01/2013, foi realizada reunião de credores para apresentação, discussão e alterações no plano de recuperação judicial das empresas do Grupo Baldin. Como resultado dessa reunião foi deliberado o seguinte: (i) a suspensão dos trabalhos e (ii) a apresentação pelo Grupo Baldin de um plano de recuperação judicial revisado para contemplar as sugestões dos credores. Os credores solicitaram alterações na forma de pagamento da dívida, alteração na estrutura de governança corporativa do Grupo Baldin e a conversão de parte do endividamento em capital social da Baldin Bioenergia S.A. O plano de recuperação judicial alterado deverá ser apresentado pelo Grupo Baldin em 8/03/2013 para apreciação na referida assembleia. Na reunião realizada em 16/01/2013, foi mencionado que a intenção dos credores é de recuperar a empresa, mantendo seu funcionamento e geração de riqueza. A Administração da Cia. avalia como provável a aprovação do novo plano de recuperação judicial com a proposta reestruturação do passivo da Baldin Bioenergia S.A. com descontos e alongamento de prazos e que a Baldin Bioenergia S.A. continuará gerando matéria prima necessária para a atividade de geração de energia. A exposição total da Cia. relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreendem: (i) O montante de R$29.407 inclui: (i) R$36.871 de valor de principal, (ii) R$6.374 de encargos financeiros e (iii) R$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Cia. com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no estágio atual das discussões sobre o plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. de R$13.838 em 31/12/2012. (ii) O montante de R$31.627, referente ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia. Adicionalmente, a Cia. possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R$53.637, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Cia. não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia. **(b)** O montante de R$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R$13.950 e Bons Ventos no valor de R$10.000. A Cia. tem garantia de reembolso por parte do vendedor da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. (nota explicativa nº 20). **10. Partes Relacionadas:**

Circulante:	Controladora Ativo 2012	Ativo 2011	Passivo 2012	Passivo 2011	Resultado 2012	Resultado 2011
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	74.279	16.428	–	–	488	888
Banco BTG Pactual	–	–	–	–	–	1.391
	74.279	16.428	–	–	488	2.279

	Controladora Ativo 2012	Ativo 2011	Passivo 2012	Passivo 2011	Resultado 2012	Resultado 2011
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	2.225	–	–	–	–	–
	2.225	–	–	–	–	–
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	30	29	–	–	–	–
Arvoredo	25	21	–	–	–	–
Barra da Paciência	30	24	–	–	–	–
Bioenergia	17	–	–	–	–	–
Bons Ventos	230	–	–	–	–	–
Chimay Empreendimentos	101	28	–	–	–	–

continua

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Cocais Grande	38	13	–	–	–	–
Corrente Grande	25	23	–	–	–	–
Eólica Formosa	63	–	–	–	–	–
Eólica Icaraizinho	84	–	–	–	–	–
Eólica Paracuru	34	–	–	–	–	–
Jayaditya	55	26	–	–	–	–
Mohini	59	26	–	–	–	–
Ninho da Águia	38	23	–	–	–	–
Paiol	38	20	–	–	–	–
PCH Holding	29	–	–	–	–	–
Plano Alto	38	18	–	–	–	–
São Gonçalo	67	16	–	–	–	–
Siif Cinco	46	–	–	–	–	–
Sul Centrais	80	10	–	–	–	–
Varginha	25	11	–	–	–	–
Várzea Alegre	13	18	–	–	–	–
	1.165	306	–	–	–	–
Total	77.669	16.734	–	–	488	2.279
Não circulante:						
Crédito com empresas ligadas	–	1.075	–	–	–	–
	–	1.075	–	–	–	–
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.610	–	–	–	129	–
Sócios não controladores (c)	3.401	–	–	–	266	–
	7.011	–	–	–	395	–
Dividendos:	3.593	–	–	–	–	–
Bio Pedra	3.593	–	–	–	–	–
Total	10.604	1.075	–	–	395	–
Passivo circulante						
T-15 (d)	–	–	12.810	–	–	–
Nect consultoria (nota nº 14)	–	–	336	–	–	–
	–	–	13.146	–	–	–
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	–	–	1.097	826	–	–
	–	–	1.097	826	–	–
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	–	–	–	–	16.953	1.422
	–	–	–	–	16.953	1.422
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	–	–	–	–	(7.318)	–
	–	–	–	–	(7.318)	–
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	–	–	–	–	(236)	–
Assessoria Banco Pátria	–	–	–	–	–	(3.750)
Alocação com despesa de pessoal (a)	–	–	–	–	9.375	–
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	–	–	–	–	(271)	(315)
	–	–	–	–	8.868	(4.065)
Total	–	–	–	–	18.503	(2.643)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Circulante:	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5 e 6)	631.080	222.291	–	–	5.753	8.193
Banco BTG Pactual (nota nº 5 e 6.1)	–	–	–	–	1.168	2.793
	631.080	222.291	–	–	6.921	10.986
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	7.694	8.460	–	–	–	–
CPFL Paulista	11.640	11.024	–	–	–	–
CPFL Piratininga	769	181	–	–	–	–
Cia. de Luz e Força	8	2	–	–	–	–
RGE Rio Grande Energia	32	8	–	–	–	–
	20.143	19.675	–	–	–	–
Total	651.223	241.966	–	–	6.921	10.986
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	37.327	33.058	–	–	2.893	–
Mútuos:						
Sócios não controladores (c)	3.401	–	–	–	266	–
	40.728	33.058	–	–	3.159	–
Passivo circulante (nota nº 14)						
CPFL Paulista	–	–	1.026	–	–	–
Sócios não controladores (nota nº 17)	–	–	4.252	–	–	–
RGE Rio Grande Energia	–	–	6	–	–	–
	–	–	5.284	–	–	–
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	–	–	1.097	826	–	–
	–	–	1.097	826	–	–
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	–	–	–	–	80.191	6.756
CPFL Paulista	–	–	–	–	133.087	–
CPFL Piratininga	–	–	–	–	3.446	–
Cia. de Luz e Força	–	–	–	–	37	–
RGE Rio Grande Energia	–	–	–	–	143	–
	–	–	–	–	216.904	6.756
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	–	–	–	–	(8.127)	(1.827)
CPFL Paulista Lajeado	–	–	–	–	–	(52)
RGE Rio Grande Energia	–	–	–	–	–	(13)
Centrais Elétricas da Paraiba	–	–	–	–	(4.792)	–
	–	–	–	–	(12.919)	(1.892)
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	–	–	–	–	(355)	–
Consultoria Nect	–	–	–	–	(3.439)	–
Assessoria Banco Pátria	–	–	–	–	–	(3.750)
Pagamento baseado em ações	–	–	–	–	(271)	(315)
	–	–	–	–	(4.065)	(4.065)
Total	–	–	–	–	199.920	799

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica "outros créditos" no ativo circulante. A partir de 2010, parte do pessoal da CPFL Renováveis passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor passou a ser cobrado das controladas por meio de rateio de despesas. **(b)** Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% a.a. para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES. **(c)** A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, com vigência de um ano e com possibilidade de renovação, a remuneração é de 8% a.a. mais atualização monetária pelo IGP-M. **(d)** O saldo de R$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP. **10.1. Informações financeiras das controladas:** Conforme o disposto na letra "b" do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

	Ativo		Passivo		Patrim. Líquido		Rec. Líquida		Lucro (Prej.)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Aiuruoca	13.472	13.417	42	20	13.430	13.397	–	–	(42)	(148)
Alto Irani	71.038	243.484	33.212	219.171	37.826	24.313	21.696	8.598	13.431	10.528
Arvoredo	100.686	116.499	45.946	66.785	54.740	49.714	12.025	5.104	769	4.660
Atlântica I	71.601	–	59.978	–	11.623	–	–	–	(410)	–
Atlântica II	71.480	–	59.971	–	11.509	–	–	–	(213)	–
Atlântica IV	75.156	–	63.809	–	11.347	–	–	–	(417)	–
Atlântica V	105.789	–	92.907	–	12.882	–	–	–	(724)	–
Baixa Verde	310	8.931	1	2.124	309	6.807	–	–	30	257
Barra da Paciência	129.706	146.134	72.633	108.479	57.073	37.655	20.256	10.140	5.366	7.979
Bio Alvorada	154.915	5.605	128.262	3.370	26.653	2.235	–	–	(1.258)	(258)
Bio Buriti	151.145	132.697	3.928	1.429	147.217	131.268	30.118	663	5.037	(934)
Bio Coopcana	138.126	5.610	111.677	3.492	26.449	2.118	–	–	(808)	(66)
Bio Formosa	143.524	151.351	20.702	20.989	122.822	130.362	22.549	19.082	(869)	11.952
Bio Ipê	29.188	25.763	784	166	28.404	25.597	9.707	–	4.418	(5)
Bio Pedra	214.934	165.747	24.782	25.598	190.152	140.149	22.109	–	1.806	(24)
Bioenergia	137.172	144.006	92.362	87.170	44.810	56.836	14.132	5.268	2.816	(75)
Boa Vista 1	17	782	–	6	17	776	–	–	(780)	(3)
Boa Vista 2	2.752	76.728	145	74.145	2.607	2.583	–	–	(166)	(16)
BVP	773.852	–	590.496	–	183.356	–	107.063	–	30.001	–
Cachoeira Grande	7.529	10.149	–	2.670	7.529	7.479	–	–	50	54
Cajueiro	521	18.342	1	4.691	520	13.651	–	–	33	473
Campos dos Ventos I	14.241	14.697	4	365	14.237	14.332	–	–	(107)	449
Campos dos Ventos II	13.999	14.479	33	335	13.966	14.144	–	–	(183)	394
Campos dos Ventos III	14.216	14.705	23	364	14.341	14.341	–	–	(160)	449
Campos dos Ventos IV	176	14.703	3	360	173	14.343	–	–	109	449
Campos dos Ventos V	14.589	14.703	–	363	14.589	14.340	–	–	235	449
Chimay	149.062	–	17.236	–	131.826	–	45.906	23.254	32.193	15.133
Cocais Grande	53.252	60.546	29.024	45.157	24.228	15.389	8.410	3.225	837	1.339
Corrente Grande	103.698	115.838	53.315	85.321	50.383	30.517	12.107	6.533	9	4.414
Costa Branca	44.744	64.030	30.695	49.525	14.049	14.505	149	–	(455)	15
Costa das Dunas	954	19.714	1	3.800	953	15.914	–	–	101	843
Curral Velho	3	–	15	–	(12)	–	–	–	(4)	–
Eólica Formosa	485.081	493.809	398.430	427.239	86.651	66.570	94.115	–	19.301	(35.634)
Eólica Holding	62.531	–	48.650	–	13.881	–	–	–	(852)	(5)
Eólica Icaraizinho	269.002	284.683	194.681	229.153	74.321	55.530	72.406	–	24.615	(6.830)
Eólica Paracuru	117.132	114.731	83.333	88.466	33.799	26.265	33.509	–	14.673	1.866
Eurus V	162	14.702	3	359	159	14.343	–	–	102	449
Eurus VI	42.247	6.736	1.422	5	40.825	6.731	2.192	–	1.147	8
Farol de Touros	419	14.980	–	2.915	419	12.064	–	–	(26)	419
Figueira Branca	240	9.116	3	2.451	237	6.665	–	–	(28)	269
Gameleira	1.196	12.413	1	3.262	1.195	9.151	–	–	45	648
Jantus	268.804	946.420	13.627	760.278	255.177	186.142	–	22.300	67.462	24.739
Jayaditya	57.736	54.436	9.924	10.721	47.812	43.715	40.873	12.931	22.130	7.710
Juremas	21.246	54.632	7.474	40.753	13.772	13.879	–	–	(98)	(133)
Lacenas	108.225	–	64.055	–	44.170	–	6.793	–	849	–
Macacos	28.615	68.253	14.074	53.450	14.541	14.803	–	–	(259)	(340)
Mohini	89.718	–	7.941	–	81.777	85.094	41.895	22.931	23.871	15.293
Navegantes	13	165	–	16	13	149	–	–	(201)	(3)
Ninho da Águia	77.829	88.265	34.489	53.278	43.340	34.987	8.991	3.412	1.324	3.160
Paiol	105.458	128.306	70.419	94.882	35.039	33.424	16.923	7.319	4.654	7.930
PCH Holding	443.617	815.517	784	518.054	442.833	297.463	–	–	15.490	28.134
PCH Holding 2	192.442	332.370	192.442	332.370	–	–	–	–	(14.137)	1
PCH Participações	932.650	–	249.118	–	683.532	–	–	–	14.696	(4)
Pedra Preta	27.386	67.779	13.158	53.405	14.228	14.374	–	–	(145)	(129)
Penedo	1.820	38.555	1	36.789	1.819	1.766	–	–	(67)	(6)
Plano Alto	49.073	180.649	23.312	163.657	25.761	16.992	16.557	6.761	9.771	6.282
Pontal das Falésias	4	–	3	–	1	–	–	–	(1)	–
Praia de Atalaia I	3	–	2	–	1	–	–	–	(4)	–
Praia de Atalaia II	3	–	2	–	1	–	–	–	(4)	–
Praia de Atalaia III	3	–	2	–	1	–	–	–	(4)	–
Praia de Atalaia IV	3	–	2	–	1	–	–	–	(4)	–
Praia de Atalaia V	3	–	2	–	1	–	–	–	(4)	–
Praia de Atalaia VI	2	–	1	–	1	–	–	–	(4)	–
Salto Góes	164.763	123.377	75.648	74.047	89.115	49.330	–	–	(567)	(1.182)
Santa Clara I	190.507	–	40.213	–	150.294	111.347	9.560	24	4.316	402
Santa Clara II	136.372	–	5.759	–	130.613	103.168	8.800	13	5.191	705
Santa Clara III	134.852	–	4.023	–	130.829	71.834	8.769	–	4.988	223
Santa Clara IV	141.467	–	5.759	–	135.708	47.983	8.804	14	5.171	271
Santa Clara VI	139.894	–	3.706	–	136.188	25.919	8.767	–	5.156	270
Santa Clara V	140.307	–	4.484	–	135.823	45.441	8.767	–	5.118	121
Santa Cruz	6.261	7.526	7	1.295	6.254	6.231	–	–	23	12
Santa Luzia	236.652	244.203	130.462	149.951	106.190	94.252	29.912	–	3.582	–
Santa Mônica	8.377	11.500	–	98	8.377	11.402	–	–	(89)	301
Santa Úrsula	7.748	11.513	–	110	7.748	11.403	–	–	(76)	302
São Benedito	7.826	11.479	–	98	7.826	11.381	–	–	(76)	280
São Domingos	8.188	11.500	2	106	8.186	11.394	–	–	(180)	293
São Gonçalo	73.573	85.398	38.378	54.233	35.195	31.165	11.263	4.597	1.812	3.831
SIIF Cinco	122.292	–	100.280	–	22.012	14.737	24.616	–	5.156	(9.293)
SIIF Desenvolvimento	1.414	–	29.948	25.283	(28.534)	(25.283)	–	–	(2.500)	(27.241)
SIIF Energies	405.991	–	11.337	–	394.654	328.818	1	–	65.188	(346.372)
Solar 1	8.927	–	8.840	–	87	–	–	–	68	–
Sul Centrais Elétricas	26.100	–	9.062	–	17.038	36.476	6.373	2.670	1.545	962
T-15	689.084	–	399.032	–	290.052	–	–	–	50.905	–
Tombo	936	27.540	1	26.512	935	1.028	–	–	(115)	(21)
Turbina 16	24	–	1	–	23	–	–	–	(1)	–
Turbina 17	24	–	1	–	23	–	–	–	(1)	–
Varginha	60.941	74.729	30.150	52.639	30.791	22.090	7.725	3.740	(474)	2.693
Várzea Alegre	58.060	67.778	27.437	43.112	30.623	24.666	7.011	3.273	236	1.060
Ventos de Sto. Dimas	8.379	11.478	–	143	8.379	11.335	–	–	(56)	234
Ventos de S. Martinho	8.197	11.478	1	106	8.196	11.372	–	–	(166)	271

10.2. Pagamentos baseados em ações: Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29/10/2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9/03/2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01/03/2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, a cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação. Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O "vesting" das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário. As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial ("IPO") (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Cia. de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Cia. a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Conforme mencionado na nota explicativa 21.c), a Cia. agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o agrupamento de ações.

Séries de opções	Quantidade de ações	Data de outorga	Duração da opção (em anos)	Preço de exercício R$	Valor justo na data da outorga R$
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período: A Cia. precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais. No exercício findo em 31/12/2012, foram provisionados R$271 na rubrica "Remuneração dos Administradores". **Dados utilizados no modelo para precificação das opções:**

	Programa 2009			
	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%
	Programa 2010			
	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%
	Programa 2011			
	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor. **(b)** Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes. Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga. A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	2012	
	Quantidade opções	Preço ponderado de exercício
Saldo no início do exercício	2.104.551	0,39
Concedidas durante o exercício	670.211	–
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	–	–
Saldo no final do exercício	2.774.762	0,40

Durante o exercício findo em 31/12/2012 e os exercícios de 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas. As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R$0,40 (R$0,39 em 2011). **10.3. Pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2012 e 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11/12/2008, alcançou o montante de R$5.992 (R$6.045 em 2011), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	2012	2011
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	3.606	3.359
Encargos sociais e benefícios	1.336	941
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	271	826
Outros	779	919
Total	5.992	6.045

A Cia. e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Cia. e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **11. Investimentos:** A composição é como segue:

	Controladora	
	2012	2011
		Reapresentado
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.166.323	2.041.021
Adiantamentos para futuro aumento de capital	54.398	193.153
Direito de exploração de ativ. de geração - autorização líq. dos efeitos fiscais	1.415.337	1.463.054
Total do investimento	4.636.058	3.697.228

	Controladora	
Composição da Equivalência Patrimonial:	2012	2011
Equivalência Patrimonial	189.156	126.545
Amortização de juros capitalizados	(677)	–
Amortização direito de autorização (i)	(86.428)	(4.077)
Impostos diferidos (i)	29.206	1.386
	(57.222)	(2.691)
	131.257	123.854

(i) Apresentado líquido R$ 57.222 (conforme nota nº 11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos. Participações em empresas controladas diretas e indiretas: Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 2012	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido 2012	2011	Resultado de equivalência patrimonial 2012	2011
Alto Irani	2.099	100%	37.826	13.380	37.826	24.313	13.380	10.529
Atlântica I	10.000	100%	11.623	(454)	11.623	–	(454)	–
Atlântica II	10.000	100%	11.509	(257)	11.509	–	(257)	–
Atlântica IV	10.000	100%	11.347	(461)	11.347	–	(461)	–
Atlântica V	10.000	100%	12.882	(796)	12.882	–	(796)	–
Baixa Verde	6.883	95%	309	28	294	6.467	28	245
Bio Alvorada	2.494	100%	26.653	(1.338)	26.653	2.235	(1.338)	(258)
Bio Buriti	132.297	100%	147.217	5.050	147.217	131.268	5.050	(934)
Bio Coopcana	2.185	100%	26.449	(898)	26.449	2.118	(898)	(66)
Bio Energia	46.288	100%	44.810	(12.026)	44.810	56.836	(12.026)	185
Bio Formosa	119.000	100%	122.822	(869)	122.822	130.362	(869)	11.557
Bio Ipê	25.340	100%	28.404	4.420	29.495	26.006	4.420	(5)
Bio Pedra	140.030	100%	190.152	1.806	194.613	142.034	1.806	(24)
Boa Vista 1	870	100%	17	(779)	17	776	(779)	(3)
Boa Vista 2	2.730	100%	2.607	(166)	2.607	2.583	(166)	(16)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.529	50	7.529	7.479	50	54
Cajueiro	13.207	95%	520	31	494	12.968	31	450
Campos dos Ventos I	13.049	100%	14.237	(95)	14.237	14.332	(95)	442
Campos dos Ventos II	13.049	0%	13.966	(179)	–	14.144	(67)	394
Campos dos Ventos III	13.049	100%	14.193	(148)	14.193	14.341	(148)	450
Campos dos Ventos IV	64	100%	173	110	173	14.343	110	452
Campos dos Ventos V	13.049	100%	14.589	249	14.589	14.340	249	450
Chimay	75.854	0%	131.826	32.223	–	124.237	7.993	15.133
Costa Branca	15.333	95%	14.049	(194)	13.347	14.505	(194)	15
Costa das Dunas	15.123	90%	953	101	858	14.323	91	758
Eólica Holding	5	100%	13.881	(848)	13.881	–	(848)	(5)
Eurus V	57	100%	159	102	159	14.343	102	453
Eurus VI	6.536	100%	40.825	1.149	41.240	6.811	1.149	8
Farol de Touros	11.671	90%	419	(26)	377	10.858	(23)	376
Figueira Branca	6.447	100%	237	(28)	237	6.665	(28)	269
Gameleira	8.855	100%	1.195	44	1.195	9.151	44	648
Jantus	334.401	100%	255.177	69.036	255.179	186.142	69.036	24.738
Jayaditya	17.691	0%	47.812	22.148	–	43.715	4.468	7.710
Juremas	14.816	95%	13.772	(98)	13.083	13.879	(17)	(127)
Lacenas	–	100%	44.170	715	44.170	–	715	–
Macacos	16.223	95%	14.541	(259)	13.813	14.803	(42)	(340)
Mohini	59.933	0%	81.777	23.900	–	85.094	7.938	15.293
Navegantes	194	95%	13	(201)	11	149	(191)	(3)
PCH Holding	279.316	100%	442.833	14.794	442.833	297.463	14.794	28.134
PCH Participações	1.101	41%	683.532	12.007	280.220	–	4.869	(4)
Pedra Preta	15.362	95%	14.228	(145)	13.516	14.374	(10)	(129)
Penedo	1.868	100%	1.819	(67)	1.819	1.766	(67)	(6)
Plano Alto	1.527	100%	25.761	9.730	25.761	16.992	9.730	6.282
Salto Góes	50.793	100%	89.115	(660)	89.115	49.330	(660)	(1.182)
Santa Clara I	107.417	100%	150.294	4.322	154.583	111.347	4.322	402
Santa Clara II	100.560	100%	130.613	5.196	134.478	103.168	5.196	705
Santa Clara III	69.993	100%	130.829	4.993	134.164	71.834	4.993	223
Santa Clara IV	46.159	100%	135.708	5.176	138.341	47.983	5.176	271
Santa Clara V	26.161	100%	135.823	5.162	138.305	45.441	5.162	269
Santa Clara VI	43.714	100%	136.188	5.125	138.174	25.919	5.125	121
Santa Cruz	6.707	100%	6.254	23	6.254	6.231	23	12
Santa Mônica	11.101	100%	8.377	(87)	8.377	11.402	(87)	301
Santa Úrsula	11.101	100%	7.748	(75)	7.748	11.403	(75)	302
São Benedito	11.101	100%	7.826	(74)	7.826	11.381	(74)	280
São Domingos	11.101	100%	8.186	(178)	8.186	11.394	(178)	296
Solar	4	100%	87	87	87	–	87	(4)
Sul Centrais Elétricas	14.183	0%	17.038	1.547	–	18.238	467	963
T-15	25.543.040	100%	290.052	48.610	290.052	–	48.610	(3)
Tombo	1.211	100%	935	(115)	934	1.028	(115)	(21)
Turbina 16	1	100%	23	(1)	23	–	(1)	–
Turbina 17	1	100%	23	(1)	23	–	(1)	–
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	8.379	(55)	8.379	11.335	(55)	234
Ventos de São Martinho	11.101	100%	8.196	(165)	8.196	11.372	(165)	271
					3.166.323	2.041.021	204.029	126.545
PCH Holding 2	1	100%	(9.896)	(14.873)	(9.896)	–	(14.873)	–
					3.156.427	2.041.021	189.156	126.545

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 2012	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido 2012	2011	Resultado de equivalência patrimonial 2012	2011
Aiuruoca	21.303	100%	13.430	(42)	13.430	13.397	(42)	(148)
Arvoredo	45.910	100%	54.740	685	54.740	49.714	685	4.660
Barra da Paciência	31.096	100%	57.073	5.210	57.073	37.655	5.210	7.979
Bitupitá I	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Bitupitá II	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Bitupitá IIII	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Bons Ventos	247.720	100%	239.667	27.312	239.667	–	27.312	–
BVP	311.106	100%	183.356	28.875	183.356	–	28.875	–
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.966	(179)	13.966	–	(179)	394
Chimay	75.854	100%	131.826	24.200	131.826	–	24.200	15.133
Cocais Grande	15.290	100%	24.228	778	24.228	15.389	778	1.339
Corrente Grande	27.337	100%	50.383	(100)	50.383	30.517	(100)	4.414
Costa Branca	15.333	0%	14.049	(455)	–	47.163	(261)	15
Curra Velho I	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Curra Velho II	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Curra Velho IV	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Eólica Formosa	92.900	100%	86.651	20.081	86.651	57.266	20.081	(35.634)
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	74.321	25.791	74.321	51.939	25.791	(6.830)
Eólica Paracuru	22.230	100%	33.799	14.533	33.799	24.433	14.533	1.866
Jayaditya	17.691	100%	47.812	17.662	47.812	–	17.662	7.710
Juremas	14.816	0%	13.772	(98)	–	40.766	(80)	(133)
Macacos	16.223	0%	14.541	(259)	–	50.033	(218)	(340)
Mohini	59.933	100%	81.777	15.933	81.777	–	15.933	15.293
Ninho da Águia	33.805	100%	43.340	1.261	43.340	34.987	1.261	3.160
Paiol	27.381	100%	35.039	4.505	35.039	33.424	4.505	7.930
PCH Participações	1.101	59%	683.532	12.007	403.284	1	7.084	(4)
Pedra Cheirosa I	1	100%	(4)	(4)	(4)	–	(4)	–
Pedra Cheirosa II	1	100%	(1)	(1)	(1)	–	(1)	–
Pedra Preta	15.362	0%	14.228	(145)	–	49.611	(135)	(129)
Santa Luzia	89.051	100%	106.190	3.246	106.190	94.252	3.246	–
São Gonçalo	28.676	100%	35.195	1.733	35.195	31.165	1.733	3.831
SIIF Cinco	24.030	100%	22.012	4.958	22.012	14.737	4.958	(9.293)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(28.534)	(2.500)	(28.534)	(25.283)	(2.500)	(27.241)
SIIF Energies	327.895	100%	394.654	66.759	394.654	328.818	66.759	(346.372)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	17.038	1.078	17.038	18.238	1.078	962
Varginha	20.587	100%	30.791	(532)	30.791	22.090	(532)	2.693
Várzea Alegre	24.580	100%	30.623	179	30.623	24.666	179	1.060

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31/12/2012 - controladora:

No ano de 2011:	Saldo em 2010	Aumento/ (Reduções) de capital	Capitalização de juros	Reestruturação Societária I	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2011
Alto Irani	15.864	(2.080)	–	–	10.529	–	24.313
Baixa Verde	(29)	6.251	–	–	245	–	6.467
Bio Alvorada	–	2.493	–	–	(258)	–	2.235
Bio Buriti	–	10.911	–	121.291	(934)	–	131.268
Bio Coopcana	1	2.183	–	–	(66)	–	2.118
Bio Energia	–	–	–	56.651	185	–	56.836
Bio Formosa	–	–	–	118.805	11.557	–	130.362
Bio Ipê	–	10.250	409	15.352	(5)	–	26.006
Bio Pedra	–	54.511	1.885	85.662	(24)	–	142.034
Boa Vista 1	(89)	868	–	–	(3)	–	776
Boa Vista 2	(129)	2.728	–	–	(16)	–	2.583
Cachoeira Grande	6.958	467	–	–	54	–	7.479
Cajueiro	(30)	12.548	–	–	450	–	12.968
Campos dos Ventos I	–	–	–	13.890	442	–	14.332
Campos dos Ventos II	–	–	–	13.750	394	–	14.144
Campos dos Ventos III	–	–	–	13.891	450	–	14.341
Campos dos Ventos IV	–	–	–	13.891	452	–	14.343
Campos dos Ventos V	–	–	–	13.890	450	–	14.340
Chimay	–	–	–	109.104	15.133	–	124.237
Costa Branca	9.608	4.882	–	–	15	–	14.505
Costa das Dunas	(45)	13.610	–	–	758	–	14.323
Eólica Holding	–	5	–	–	(5)	–	–
Eurus V	–	–	–	13.890	453	–	14.343
Eurus VI	–	2.561	80	4.162	8	–	6.811
Farol de Touros	(25)	10.507	–	–	376	–	10.858
Figueira Branca	(50)	6.446	–	–	269	–	6.665
Gameleira	468	8.035	–	–	648	–	9.151
Jantus	–	161.404	–	–	24.738	–	186.142
Jayaditya	–	–	–	36.005	7.710	–	43.715
Juremas	7.582	6.424	–	–	(127)	–	13.879
Macacos	10.056	5.087	–	–	(340)	–	14.803
Mohini	–	–	–	69.801	15.293	–	85.094
Navegantes	(31)	183	–	–	(3)	–	149
PCH Holding	269.329	–	–	–	28.134	–	297.463
PCH Holding 2	–	–	–	–	–	–	–
PCH Participações	(203)	207	–	–	(4)	–	–
Pedra Preta	9.603	4.900	–	–	(129)	–	14.374
Penedo	(92)	1.864	–	–	(6)	–	1.766
Plano Alto	10.710	–	–	–	6.282	–	16.992
Salto Góes	14.756	35.756	–	–	(1.182)	–	49.330
Santa Clara I	–	93.168	1.069	16.708	402	–	111.347
Santa Clara II	–	84.710	972	16.781	705	–	103.168
Santa Clara III	–	54.142	769	16.700	223	–	71.834
Santa Clara IV	–	30.309	612	16.791	271	–	47.983
Santa Clara V	–	27.865	595	16.712	269	–	45.441
Santa Clara VI	–	8.711	470	16.617	121	–	25.919
Santa Cruz	4.932	1.287	–	–	12	–	6.231
Santa Mônica	–	11.101	–	–	301	–	11.402
Santa Úrsula	–	11.101	–	–	302	–	11.403
São Benedito	–	11.101	–	–	280	–	11.381
São Domingos	–	11.098	–	–	296	–	11.394
Solar	–	4	–	–	(4)	–	–
Sul Centrais Elétricas	–	–	–	17.275	963	–	18.238
T-15	–	3	–	–	(3)	–	–
Tombo	(61)	1.110	–	–	(21)	–	1.028
Turbina 16	–	–	–	–	–	–	–
Turbina 17	–	–	–	–	–	–	–
Ventos de Santo Dimas	–	11.101	–	–	234	–	11.335
Ventos de São Martinho	–	11.101	–	–	271	–	11.372
Total do investimento	359.083	730.913	6.861	817.619	126.545	–	2.041.021
Provisão para perda de investimento (*)							–
Total do investimento							2.041.021

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo circulante. (**) Ver nota nº 1.1.

No ano de 2012:	Saldo em 2011	Aum./ (Red.) de capital	Capitalização de juros	Amort. da capitaliz. de juros	Aquis. de investimento	Transf. de investimento	Res. de equiv. patrim.	Divid. pagos	Saldo em 2012
Alto Irani	24.313	4.260	–	–	–	–	13.380	(4.127)	37.826
Atlântica I	–	6.508	–	–	5.569	–	(454)	–	11.623
Atlântica II	–	6.512	–	–	5.254	–	(257)	–	11.509
Atlântica IV	–	6.656	–	–	5.152	–	(461)	–	11.347
Atlântica V	–	6.361	–	–	7.317	–	(796)	–	12.882
Baixa Verde	6.467	(6.201)	–	–	–	–	28	–	294
Bio Alvorada	2.235	25.756	–	–	–	–	(1.338)	–	26.653
Bio Buriti	131.268	12.664	–	–	–	–	5.050	(1.765)	147.217
Bio Coopcana	2.118	25.229	–	–	–	–	(898)	–	26.449
Bio Energia	56.836	–	–	–	–	–	(12.026)	–	44.810
Bio Formosa	130.362	329	–	–	–	–	(869)	(7.000)	122.822
Bio Ipê	26.006	735	713	(30)	–	–	4.420	(2.349)	29.495
Bio Pedra	142.034	51.790	2.700	(124)	–	–	1.806	(3.593)	194.613
Boa Vista 1	776	20	–	–	–	–	(779)	–	17
Boa Vista 2	2.583	190	–	–	–	–	(166)	–	2.607
Cachoeira Grande	7.479	–	–	–	–	–	50	–	7.529
Cajueiro	12.968	(12.505)	–	–	–	–	31	–	494
Campos dos Ventos I	14.332	–	–	–	–	–	(95)	–	14.237
Campos dos Ventos II	14.144	–	–	–	–	(14.077)	(67)	–	–
Campos dos Ventos III	14.341	–	–	–	–	–	(148)	–	14.193
Campos dos Ventos IV	14.343	(14.280)	–	–	–	–	110	–	173
Campos dos Ventos V	14.340	–	–	–	–	–	249	–	14.589
Chimay	124.237	9.679	–	–	–	(124.710)	7.993	(17.199)	–
Costa Branca	14.505	(728)	–	–	–	(236)	(194)	–	13.347
Costa das Dunas	14.323	(13.556)	–	–	–	–	91	–	858
Eólica Holding	–	–	–	–	–	14.729	(848)	–	13.881
Eurus V	14.343	(14.286)	–	–	–	–	102	–	159
Eurus VI	6.811	33.430	346	(11)	–	–	1.149	(485)	41.240
Farol de Touros	10.858	(10.458)	–	–	–	–	(23)	–	377
Figueira Branca	6.665	(6.400)	–	–	–	–	(28)	–	237
Gameleira	9.151	(8.000)	–	–	–	–	44	–	1.195
Jantus	186.143	–	–	–	–	–	69.036	–	255.179
Jayaditya	43.715	–	–	–	–	(39.335)	4.468	(8.848)	–
Juremas	13.879	(700)	–	–	–	(79)	(17)	–	13.083
Lacenas	–	–	–	–	43.455	–	715	–	44.170
Macacos	14.803	(741)	–	–	–	(207)	(42)	–	13.813
Mohini	85.094	–	–	–	–	(75.424)	7.938	(17.608)	–
Navegantes	149	53	–	–	–	–	(191)	–	11
PCH Holding	297.463	156.865	–	–	–	–	14.794	(26.289)	442.833
PCH Participações	–	275.351	–	–	–	–	4.869	–	280.220
Pedra Preta	14.374	(717)	–	–	–	(131)	(10)	–	13.516
Penedo	1.766	120	–	–	–	–	(67)	–	1.819
Plano Alto	16.992	1.646	–	–	–	–	9.730	(2.607)	25.761
Salto Góes	49.330	40.445	–	–	–	–	(660)	–	89.115
Santa Clara I	111.347	37.563	3.338	(118)	–	–	4.322	(1.869)	154.583
Santa Clara II	103.168	25.644	3.000	(106)	–	–	5.196	(2.424)	134.478
Santa Clara III	71.834	57.012	2.658	(91)	–	–	4.993	(2.242)	134.164
Santa Clara IV	47.983	85.506	2.094	(71)	–	–	5.176	(2.347)	138.341
Santa Clara V	45.441	88.159	1.956	(68)	–	–	5.162	(2.345)	138.305
Santa Clara VI	25.919	107.927	1.572	(58)	–	–	5.125	(2.311)	138.174
Santa Cruz	6.231	–	–	–	–	–	23	–	6.254
Santa Mônica	11.402	(2.938)	–	–	–	–	(87)	–	8.377
Santa Úrsula	11.403	(3.580)	–	–	–	–	(75)	–	7.748
São Benedito	11.381	(3.481)	–	–	–	–	(74)	–	7.826
São Domingos	11.394	(3.030)	–	–	–	–	(178)	–	8.186
Solar	–	–	–	–	–	–	87	–	87
Sul Centrais Elétricas	18.238	–	–	–	–	(15.959)	467	(2.746)	–
T-15	–	–	–	–	–	255.429	48.610	(13.987)	290.052
Tombo	1.028	21	–	–	–	–	(115)	–	934
Turbina 16	–	24	–	–	–	–	(1)	–	23
Turbina 17	–	24	–	–	–	–	(1)	–	23
Ventos de Sto. Dimas	11.335	(2.901)	–	–	–	–	(55)	–	8.379
Ventos de São Martinho	11.372	(3.011)	–	–	–	–	(165)	–	8.196
Subtotal do invest.	2.041.022	958.966	18.377	(677)	66.747	–	204.029	(122.141)	3.166.323
PCH Holding 2 (*)	–	4.977	–	–	–	–	(14.873)	–	(9.896)
Total do invest.	2.041.022	963.943	18.377	(677)	66.747	–	189.156	(122.141)	3.156.427

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo circulante. Direitos de exploração líquidos dos impostos diferidos: Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a Cia. possuía saldo de direito de exploração das_seguintes SPEs:

No ano de 2011:	Saldo em 2010	Reestruturação Societária I	Reestruturação Societária II	Adições	Amortização	Saldo em 2011
Aiuruoca	–	–	26.289	–	(126)	26.163
Alto Irani	60.488	–	50.300	–	–	110.788
Arvoredo	–	–	23.823	–	(114)	23.709
Baixa Verde	982	–	545	–	–	1.527
Barra da Paciência	–	–	33.664	–	(161)	33.503
Boa Vista I	5.004	–	(5.004)	–	–	–
Boa Vista II	18.569	–	30.304	–	–	48.873
Cachoeira Grande	–	–	1.752	–	–	1.752
Cajueiro	982	–	2.327	–	–	3.309
Campos dos Ventos I	–	–	–	3.642	–	3.642
Campos dos Ventos II	–	5.578	–	–	–	5.578
Campos dos Ventos III	–	–	–	3.642	–	3.642
Campos dos Ventos IV	–	–	–	3.642	–	3.642
Campos dos Ventos V	–	–	–	3.642	–	3.642
Cocais Grande	–	–	18.326	–	(88)	18.238
Corrente Grande	–	–	20.768	–	(99)	20.669
Costa Branca	3.158	–	29.501	–	–	32.659
Costas das Dunas	–	–	3.484	–	–	3.484
Eurus V	–	–	–	3.642	–	3.642
Eurus VI	–	1.273	–	–	–	1.273
Farol de Touros	–	–	2.412	–	–	2.412
Figueira Branca	–	–	1.608	–	–	1.608
Foz do Rio Choró	–	–	–	91.820	(217)	91.603
Gameleira	7.411	–	(5.267)	–	–	2.144
Icaraizinho	–	–	–	231.949	(548)	231.401
Juremas	2.456	–	24.440	–	–	26.896
Lacenas	–	–	–	–	–	–
Macacos	3.156	–	32.077	–	–	35.233
Navegantes	982	–	(982)	–	–	–
Ninho da Águia	–	–	18.326	–	(88)	18.238
Paiol	–	–	36.650	–	(175)	36.475
Paracuru	–	–	–	154.151	(364)	153.787
Pedra Preta	3.158	–	32.079	–	–	35.237
Penedo	9.174	–	15.036	–	–	24.210
Plano Alto	47.660	–	36.323	–	–	83.983
Praia Formosa	–	–	–	149.201	(353)	148.848
Salto Góes	–	–	36.591	–	–	36.591
Santa Clara I	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Clara II	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Clara III	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Clara IV	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Clara V	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Clara VI	–	5.077	–	–	–	5.077
Santa Cruz	–	–	850	–	–	850
Santa Mônica	–	–	–	5.963	–	5.963
Santa Úrsula	–	–	–	5.963	–	5.963
São Benedito	–	–	–	5.963	–	5.963
São Domingos	–	–	–	5.963	–	5.963
São Gonçalo	–	–	19.839	317	(95)	20.061
Siif Desenvolvimento	–	–	–	50.035	(118)	49.917
Tombo	–	–	17.493	–	–	17.493
Varginha	–	–	16.493	–	(79)	16.414
Várzea Alegre	–	–	13.744	–	(66)	13.678
Ventos de Santo Dimas	–	–	–	5.963	–	5.963
Ventos de São Martinho	–	–	–	5.963	–	5.963
Total do direito de exploração, líquidos dos impostos diferidos	163.180	37.313	533.791	731.461	(2.691)	1.463.054

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30/06/2011. Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:	Controladora				
	Saldo em 2011	Adição	Amortização	Ajustes (*)	Saldo em 2012
Aiuruoca	26.163	–	(2.000)	–	24.163
Alto Irani	110.788	2.082	(5.377)	–	107.493
Arvoredo	23.709	–	(1.290)	–	22.419
Atlânticas I	–	308	–	–	308
Atlânticas II	–	308	–	–	308
Atlânticas IV	–	308	–	–	308
Atlânticas V	–	308	–	–	308
Baixa Verde	1.527	1.755	–	(82)	3.200
Barra da Paciência	33.503	–	(2.553)	–	30.950
Boa Vista II	48.873	–	–	–	48.873
Cachoeira Grande	1.752	–	–	–	1.752
Cajueiro	3.309	1.755	–	(174)	4.890
Campos dos Ventos I	3.642	–	–	(415)	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	–	–	–	5.578
Campos dos Ventos III	3.642	–	–	(415)	3.227
Campos dos Ventos IV	3.642	–	–	(415)	3.227
Campos dos Ventos V	3.642	–	–	(415)	3.227
Cocais Grande	18.238	–	(993)	–	17.245
Corrente Grande	20.669	–	(1.544)	–	19.125
Costa Branca	32.659	–	–	(348)	32.311
Costas das Dunas	3.484	–	–	(1.633)	1.851
Eurus V	3.642	–	–	(415)	3.227
Eurus VI	1.273	38	(22)	–	1.289
Farol de Touros	2.412	–	–	(268)	2.144
Figueira Branca	1.608	–	–	–	1.608
Foz do Rio Choró	91.603	–	(4.876)	(544)	86.183
Gameleira	2.144	–	–	–	2.144
Icaraizinho	231.401	–	(11.389)	(544)	219.468
Juremas	26.896	–	–	(1.345)	25.551
Lacenas	–	11.788	(82)	–	11.706
Macacos	35.233	–	–	(1.762)	33.471
Navegantes	–	–	–	–	–
Ninho da Águia	18.238	–	(993)	–	17.245
Paiol	36.475	–	(1.985)	–	34.490
Paracuru	153.787	–	(8.187)	(544)	145.056
Pedra Preta	35.237	–	–	(1.762)	33.475
Penedo	24.210	–	–	–	24.210
Plano Alto	83.983	–	(3.952)	–	80.031
Praia Formosa	148.848	2.115	(8.096)	(544)	142.323
Salto Góes	36.591	–	–	–	36.591
Santa Clara I	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Clara II	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Clara III	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Clara IV	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Clara V	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Clara VI	5.077	151	(84)	–	5.144
Santa Cruz	850	–	–	–	850
Santa Mônica	5.963	–	–	–	5.963
Santa Úrsula	5.963	–	–	–	5.963
São Benedito	5.963	–	–	–	5.963
São Domingos	5.963	–	–	–	5.963
São Gonçalo	20.061	–	(1.092)	–	18.969
Siif Desenvolvimento	49.917	–	(649)	(542)	48.726
Tombo	17.493	–	–	–	17.493
Varginha	16.414	–	(894)	–	15.520
Várzea Alegre	13.678	–	(744)	–	12.935
Ventos de Santo Dimas	5.963	–	–	–	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	–	–	–	5.963
Total do direito de exploração, líquidos impostos diferidos (i)	1.463.054	21.671	(57.222)	(12.167)	1.415.337

(*) Ajustes complementares decorrentes de aquisições de controladas e baixas. O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos. Em 31/12/2012 a Cia. não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos. Transferência de contratos societários: Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto realizadas pelo valor de livros. **e) T-15 Energia S.A.:** Em 15/06/2012 a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini, Chimay e Jayaditya, para a T-15 Energia S.A. ("T-15"), controlada direta da CPFL Renováveis. **f) Eólica Holding:** Em 02/07/2012, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A. e Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. Em 31/12/2012, os acionistas da Eólica Holding S.A. aprovaram a transferência dos ativos como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. No mesmo ato, os acionistas da Eólica Holding S.A. também aprovaram (i) a conversão parcial dos AFAC em aumento de capital; e (ii) a devolução, para a CPFL Renováveis, a título de cancelamento parcial dos AFAC anteriormente recebidos, das participações societárias nas empresas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital:	Controladora	
	Ativo	
	2012	2011
Alto Irani	1.541	1.541
Baixa Verde	–	3.370
Bio Coopcana	–	3.492
Boa Vista 1	–	5
Boa Vista 2	140	95
Chimay	–	9.684
Costa Branca	290	–
CPFL Bio Formosa	345	–
Eólica Holding	45.248	1
Juremas	300	–
Lacenas	2.817	–
Macacos	380	–
Navegantes	–	10
PCH Holding	–	156.652
PCH Participações	34	–
Penedo	380	60
Salto Góes	–	18.196
Santa Clara I	2	–
Santa Mônica	–	2
Santa Úrsula	2	15
Santo Dimas	2	2
São Benedito	2	2
São Domingos	2	10
São Martinho	–	10
Solar 1	10	1
T-15	10	–
Tombo	–	5
Turbina 14	2.891	–
Turbina 16	1	–
Turbina 17	1	–
	54.398	193.153

continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R$)

12. Imobilizado:

No ano de 2011:

Controladora	Taxa anual de depreciação	Custo (2011)	Depreciação (2011)	Líquido (2011)
Terrenos	–	2.254	–	2.254
Móveis e utensílios	5 a 6	1.116	(264)	852
Máquinas e equipamentos	5 a 6	1.721	(256)	1.465
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	1.453	(140)	1.313
Veículos	8 a 9	494	(20)	474
Imobilizado em curso	–	–	–	–
Total controladora		7.038	(680)	6.358

Custo	2010	Adição	Baixa	Transferência	2011
Terrenos	51	2.203	–	–	2.254
Móveis e utensílios	844	272	–	–	1.116
Máquinas e equipamentos	1.850	80	–	(209)	1.721
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.360	317	(95)	(129)	1.453
Veículos	–	493	–	1	494
Imobilizado em curso	309	258	–	(567)	–
Total controladora	4.414	3.623	(95)	(904)	7.038
Depreciação					
Móveis e utensílios	(205)	(59)	–	–	(264)
Máquinas e equipamentos	(446)	(334)	–	524	(256)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(487)	(34)	–	381	(140)
Veículos	–	(19)	–	(1)	(20)
Total controladora	(1.138)	(446)	–	904	(680)
Total imobilizado	3.276	3.177	(95)	–	6.358

No ano de 2012:

Controladora	Taxa anual de depreciação	Custo (2012)	Depreciação (2012)	Líquido (2012)
Terrenos	–	3.446	–	3.446
Móveis e utensílios	5 a 6	1.139	(323)	816
Máquinas e equipamentos	5 a 6	5.845	(626)	5.219
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	871	(95)	776
Veículos	8 a 9	573	(113)	460
Imobilizado em curso	–	1.733	–	1.733
Total controladora		13.607	(1.157)	12.450

Custo	2011	Adição	Baixa	Transferência	2012
Terrenos	2.254	1.192	–	–	3.446
Móveis e utensílios	1.116	39	(16)	–	1.139
Máquinas e equipamentos	1.721	104	(645)	4.665	5.845
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.453	–	(582)	–	871
Veículos	494	79	–	–	573
Imobilizado em curso	–	6.398	–	(4.665)	1.733
Total controladora	7.038	7.812	(1.243)	–	13.607
Depreciação					
Móveis e utensílios	(264)	(59)	–	–	(323)
Máquinas e equipamentos	(256)	(494)	124	–	(626)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(140)	(40)	85	–	(95)
Veículos	(20)	(93)	–	–	(113)
Total controladora	(680)	(686)	209	–	(1.157)
Total imobilizado	6.358	7.126	(1.034)	–	12.450

No ano de 2011:

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Custo (2011)	Depreciação (2011)	Líquido (2011)
Terrenos	5 a 6	97.311	–	97.311
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.300.899	(241.239)	1.059.660
Máquinas e equipamentos	5 a 6	1.232.106	(218.761)	1.013.345
Móveis e utensílios	5 a 6	4.734	(1.350)	3.384
Veículos	8 a 9	1.104	(208)	896
Imobilizado em curso	–	943.861	–	943.861
Total consolidado		3.580.015	(461.558)	3.118.457

Custo	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisição Santa Luzia	Aquisição Jantus	Adição	Baixa	Transferência	2011
Terrenos	5.263	25.538	26.599	5.043	2.136	–	32.732	97.311
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	263.170	616.087	126.292	286.935	18.778	–	(10.363)	1.300.899
Máquinas e equipamentos	311.286	306.914	88.288	542.187	6.078	–	(22.647)	1.232.106
Móveis e utensílios	1.499	980	76	233	365	(49)	1.630	4.734
Veículos	226	165	–	–	714	–	(1)	1.104
Imobilizado em curso	460.766	38.563	–	6.714	422.646	(126)	15.298	943.861
Total consolidado	1.042.210	988.247	241.255	841.112	450.717	(175)	16.649	3.580.015
Depreciação								
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	(170.192)	(9.943)	(2.642)	(43.093)	(15.369)	–	–	(241.239)
Máquinas e equipamentos	(111.159)	(21.630)	(1.302)	(82.048)	(2.622)	–	–	(218.761)
Móveis e utensílios	(448)	(229)	(4)	(107)	(562)	–	–	(1.350)
Veículos	(153)	(1)	–	–	(54)	–	–	(208)
Total consolidado	(281.952)	(31.803)	(3.948)	(125.248)	(18.607)	–	–	(461.558)
Total imobilizado	760.258	956.444	237.307	715.864	432.110	(175)	16.649	3.118.457

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30/06/2011. Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Custo (2012)	Depreciação (2012)	Líquido (2012)
Terrenos	5 a 6	79.961	(2.918)	77.043
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.483.484	(287.640)	1.195.844
Máquinas e equipamentos	5 a 6	3.197.193	(426.278)	2.770.915
Móveis e utensílios	5 a 6	6.033	(1.762)	4.273
Veículos	8 a 9	1.161	(185)	976
Imobilizado em curso	–	585.297	–	585.297
Total consolidado		5.353.129	(718.783)	4.634.348

Custo	2011	Aquisições Atlântica/BVP/Lacenas	Adição	Baixa	Transferência (*)	2012
Terrenos	97.311	–	1.186	–	(18.536)	79.961
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	1.300.899	75.841	35.100	(4.619)	76.263	1.483.484
Máquinas e equipamentos	1.232.106	682.740	63.396	(3.147)	1.222.098	3.197.193
Móveis e utensílios	4.734	93	236	(349)	1.319	6.033
Veículos	1.104	–	76	–	(19)	1.161
Imobilizado em curso	943.861	23.006	958.941	–	(1.340.511)	585.297
Total consolidado	3.580.015	781.680	1.058.935	(8.115)	(59.386)	5.353.129
Depreciação						
Terrenos	–	–	(2.918)	–	–	(2.918)
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	(241.239)	(10.371)	(37.271)	–	1.241	(287.640)
Máquinas e equipamentos	(218.761)	(76.120)	(130.309)	–	(1.088)	(426.278)
Móveis e utensílios	(1.350)	(96)	(175)	26	(167)	(1.762)
Veículos	(208)	–	(56)	65	14	(185)
Total consolidado	(461.558)	(86.587)	(170.729)	91	–	(718.783)
Total imobilizado	3.118.457	695.093	888.206	(8.024)	(59.386)	4.634.346

(*) O valor de R$59.386 e composto por: (i) a reversão de provisão para custos socioambientais (nota explicativa nº 19) no montante de R$ 66.773 (ii) transferências do ativo intangível de R$ 7.387. Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a Cia. possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo líquido 2012	Saldo líquido 2011	Data prevista de entrada em operação (**)
Aiuroca	11.515	11.451	(*)
Atlântica I	23.120	–	3T13
Atlântica II	22.727	–	3T13
Atlântica IV	25.743	–	3T13
Atlântica V	74.491	–	3T13
Baixa Verde	137	91	(*)
Bio Alvorada	95.733	3.369	2T13
Bio Buriti	–	131.509	Em operação
Bio Coopcana	78.801	3.494	2T13
Bio Formosa	–	126.966	Em operação
Bio Ipê	–	23.939	Em operação
Bio Pedra	–	165.092	Em operação
Boa Vista I	–	282	(*)
Boa Vista II	1.304	1.241	(*)
Cachoeira Grande	3.453	3.326	(*)
Cajueiro	114	89	(*)
Campos dos Ventos I	7.324	–	1T15
Campos dos Ventos II	11.678	33.160	3T13
Campos dos Ventos III	7.680	–	1T15
Campos dos Ventos V	7.051	–	1T15
Complexo Santa Clara	–	290.864	Em operação
Costa Branca	43.277	13.321	3T13
Costa das Dunas	331	281	(*)
Farol de Touros	173	177	(*)
Figueira Branca	94	97	(*)
Gameleira	551	545	(*)
Jurema	17.230	7.432	3T13
Macacos	23.280	10.245	3T13
Navegantes	–	154	(*)
Pedra Preta	22.090	11.361	3T13
Penedo	985	985	(*)
Salto Góes	–	61.282	Em operação
Santa Cruz	3.544	3.482	(*)
Santa Mônica	7.510	6.642	3T15
Santa Úrsula	6.863	6.125	3T15
São Benedito	6.955	6.187	3T15
São Domingos	7.457	6.498	3T15
Tombo	933	1.033	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.518	6.643	3T15
Ventos de São Martinho	7.460	6.498	3T15
Outros projetos	58.175	–	(*)
Total	585.297	943.861	

(*) Empreendimento em fase de preparação. (**) Informação não auditada pelos auditores independentes. No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização são devolvidas ao Poder Concedente. A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31/07/2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado ("deemed cost"), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica "Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial". Em 31/12/2012, o saldo desta rubrica era de R$53.352. No exercício findo em 31/12/2012, a Cia. não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos. No exercício findo em 31/12/2012, foi registrada despesa de depreciação e amortização no montante de R$178.158 (consolidado), sendo R$176.157 (consolidado), classificada no grupo "Custos de geração de energia" e R$2.001 (consolidado) na rubrica "Depreciação" no grupo e despesas e receitas operacionais. **13. Intangível:**

Controladora	Saldo em 2011	Adição	Amortização	Transferência	Saldo em 2012
Outros intangíveis	3.965	6.367	(1.315)	–	9.017
Total	3.965	6.367	(1.315)	–	9.017

Consolidado	Saldo em 2011	Adição	Amortização	Transferência (*)	Saldo em 2012
Direito de exploração	2.299.807	792.321	(111.006)	–	2.981.122
Outros intangíveis	31.679	24.258	(7.429)	(7.387)	41.121
Total	2.331.486	816.579	(118.435)	(7.387)	3.022.243

(*) Vide nota explicativa nº 12. Em 31/12/2012 e 31/12/2011, a Cia. possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

No ano de 2011:

Consolidado	Saldo em 2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo em 2011
Aiuruoca	–	–	52.269	–	–	(1.156)	51.113
Alto Irani	–	–	167.861	–	–	(3.304)	164.557
Arvoredo	–	–	40.207	–	–	(890)	39.317
Baixa Verde	–	–	2.436	–	–	–	2.436
Barra da Paciência	–	–	68.352	–	–	(1.512)	66.840
Boa Vista II	–	–	74.049	–	–	–	74.049
Cachoeira Grande	–	–	2.654	–	–	–	2.654
Cajueiro	–	–	5.278	–	–	–	5.278
Campos dos Ventos I	–	1.458	–	1.769	–	–	3.227
Campos dos Ventos II	–	5.576	–	–	–	–	5.576
Campos dos Ventos III	–	1.458	–	1.769	–	–	3.227
Campos dos Ventos IV	–	1.458	–	1.769	–	–	3.227
Campos dos Ventos V	–	1.458	–	1.769	–	–	3.227
Cocais Grande	–	–	28.145	–	–	(623)	27.522
Corrente Grande	–	–	40.207	–	–	(890)	39.317
Costa Branca	–	–	49.482	–	–	–	49.482
Costas das Dunas	–	–	5.278	–	–	–	5.278
Eurus V	–	1.457	–	1.768	–	–	3.225
Eurus VI	–	1.273	–	–	–	–	1.273
Farol de Touros	–	–	4.060	–	–	–	4.060
Figueira Branca	–	–	2.436	–	–	–	2.436
Foz do Rio Choró	–	–	–	139.345	–	(553)	138.792
Gameleira	–	–	3.248	–	–	–	3.248
Icaraizinho	–	–	–	352.004	–	(1.397)	350.607
Juremas	–	–	40.751	–	–	–	40.751
Macacos	–	–	53.384	–	–	–	53.384
Ninho da Águia	–	–	28.145	–	–	(623)	27.522
Paiol	–	–	60.311	–	–	(1.334)	58.977
Paracuru	–	–	–	233.938	–	(928)	233.010
Pedra Preta	–	–	53.390	–	–	–	53.390
Penedo	–	–	36.682	–	–	–	36.682
Plano Alto	–	–	127.249	–	–	(2.496)	124.753
Praia Formosa	–	–	–	226.428	–	(898)	225.530
Salto Góes	–	–	55.442	–	–	–	55.442
Santa Clara I	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Clara II	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Clara III	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Clara IV	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Clara V	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Clara VI	–	5.077	–	–	–	–	5.077
Santa Cruz	–	–	1.288	–	–	–	1.288
Santa Luzia	–	–	–	88.167	–	–	88.167
Santa Mônica	–	–	–	5.963	–	–	5.963
Santa Úrsula	–	–	–	5.963	–	–	5.963
São Benedito	–	–	–	5.963	–	–	5.963
São Domingos	–	–	–	5.963	–	–	5.963
São Gonçalo	–	–	32.167	–	–	(712)	31.455
Siif Desenvolvimento	–	–	–	75.932	–	(301)	75.631
Tombo	–	–	26.505	–	–	–	26.505
Varginha	–	–	28.144	–	–	(623)	27.521
Várzea Alegre	–	–	24.124	–	–	(533)	23.591
Ventos de Santo Dimas	–	–	–	5.963	–	–	5.963
Ventos de São Martinho	–	–	–	5.963	–	–	5.963
Direito de autorização	–	44.600	1.113.544	1.160.436	–	(18.773)	2.299.807
Outros intangíveis	–	48.329	–	–	(16.649)	(1)	31.679
Total	–	92.929	1.113.544	1.160.436	(16.649)	(18.774)	2.331.486

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30/06/2011. Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1. As aquisições do exercício são substancialmente representadas pela Jantus SL e pela Santa Luzia, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

Consolidado	Saldo em 2011	Adição	Amortização	Transferência	Saldo em 2012
Aiuruoca	52.230	–	(2.836)	–	49.394
Alto Irani	164.557	3.157	(7.930)	–	159.784
Arvoredo	37.722	–	(2.048)	–	35.674
Atlânticas I	–	468	–	–	468
Atlânticas II	–	468	–	–	468
Atlânticas IV	–	469	–	–	469
Atlânticas V	–	468	–	–	468
Baixa Verde	2.436	2.621	–	–	5.057
Barra da Paciência	66.738	–	(3.624)	–	63.114
Boa Vista II	74.049	–	–	–	74.049
Bons Ventos	–	760.030	(21.945)	–	738.085
Cachoeira Grande	2.654	–	–	–	2.654
Cajueiro	5.278	2.621	–	–	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	–	–	–	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	–	–	–	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	–	–	–	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	–	–	–	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	–	–	–	3.227
Cocais Grande	29.017	–	(1.576)	–	27.441
Corrente Grande	40.623	–	(2.205)	–	38.418
Costa Branca	49.482	–	–	–	49.482
Costas das Dunas	5.278	–	–	–	5.278
Eurus V	3.225	–	–	–	3.225
Eurus VI	1.273	38	(21)	–	1.290
Farol de Touros	4.060	–	–	–	4.060
Figueira Branca	2.436	–	–	–	2.436
Foz do Rio Choró	138.792	–	(7.194)	–	131.598
Gameleira	3.248	–	–	–	3.248
Icaraizinho	350.607	–	(18.176)	–	332.431
Juremas	40.751	–	–	–	40.751
Lacenas	–	17.862	(170)	–	17.692
Macacos	53.384	–	–	–	53.384
Ninho da Águia	29.017	–	(1.576)	–	27.441
Paiol	58.033	–	(3.151)	–	54.882
Paracuru	233.010	–	(12.079)	–	220.931
PCH Holding 2	88.167	–	(2.807)	–	85.360
Pedra Preta	53.390	–	–	–	53.390
Penedo	36.682	–	–	–	36.682
Plano Alto	124.753	–	(5.988)	–	118.765
Praia Formosa	225.530	3.207	(11.863)	–	216.874
Salto Góes	55.442	–	–	–	55.442
Santa Clara I	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Clara II	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Clara III	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Clara IV	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Clara V	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Clara VI	5.077	152	(84)	–	5.145
Santa Cruz	1.288	–	–	–	1.288
Santa Mônica	5.963	–	–	–	5.963
Santa Ursula	5.963	–	–	–	5.963
São Benedito	5.963	–	–	–	5.963
São Domingos	5.963	–	–	–	5.963
São Gonçalo	31.918	–	(1.733)	–	30.185
Siif Desenvolvimento	75.631	–	(980)	–	74.651
Tombo	26.505	–	–	–	26.505
Varginha	26.115	–	(1.419)	–	24.696
Várzea Alegre	21.762	–	(1.181)	–	20.581
Ventos de Santo Dimas	5.963	–	–	–	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	–	–	–	5.963
Direito de autorização	2.299.807	792.321	(111.006)	–	2.981.122
Outros intangíveis	31.679	24.258	(7.429)	(7.387)	41.121
Total	2.331.486	816.579	(118.435)	(7.387)	3.022.243

No exercício findo em 31/12/2012, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R$111.006 (R$18.773 em 2011), classificada no grupo "Despesas operacionais". O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação. Em 31/12/2012, a Cia. não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis. **14. Fornecedores:**

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	1.120	–	19.147	–
Encargos de uso da rede elétrica	886	–	1.452	–
Materiais e serviços	7.327	1.761	55.538	57.495
Total	9.333	1.761	76.137	57.495
Não Circulante				
Materiais e serviços	–	–	4.467	–
Total	–	–	4.467	–
Total	9.333	1.761	80.604	57.495

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. **15. Empréstimos e Financiamentos:** O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" está apresentado a seguir:

No ano de 2011:

Controladora 2011 – Agente Financiador	Circulante Encargos	Circulante Principal	Total Circulante	Não Circulante Principal	Total
BNDES	5.875	25.851	31.726	582.103	613.829

No ano de 2012:

Controladora 2012 – Agente Financiador	Circulante Encargos	Circulante Principal	Total Circulante	Não Circulante Principal	Total
BNDES	10.007	67.228	77.235	911.265	988.500

No ano de 2011:

Consolidado 2011 – Agente Financiador	Circulante Encargos	Circulante Principal	Total Circulante	Não Circulante Principal	Total
BNDES (a)	2.167	30.960	33.127	383.554	416.681
BNDES (b)	1.876	22.912	24.788	289.065	313.853
SAFRA (c)	698	22.000	22.698	52.250	74.948
BNDES (d)	–	11.413	11.413	124.590	136.003
Banco do Nordeste do Brasil (e)	230	9.160	9.390	142.322	151.712
BNDES (j)	204	8.098	8.302	67.870	76.172
BNDES (k)	3.212	–	3.212	288.238	291.450
BNDES (l)	34	3.690	3.724	4.802	8.526
BNDES	22	1.735	1.757	3.617	5.374
Capital de giro	–	424	424	–	424
	8.443	110.392	118.835	1.356.308	1.475.143

No ano de 2012:

Consolidado 2012 – Agente Financiador	Circulante Encargos	Circulante Principal	Total Circulante	Não Circulante Principal	Total
BNDES (a)	1.073	31.713	32.786	351.843	384.629
BNDES (b)	863	38.286	39.149	327.726	366.875
SAFRA (c)	296	24.750	25.046	27.500	52.546
BNDES (d)	392	124.116	124.508	–	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.167	9.924	11.091	133.161	144.252
HSBC (f)	1.252	56.000	57.252	340.271	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.349	6.597	7.946	173.978	181.924
Nordic Investment Bank (g)	265	7.789	8.054	74.435	82.489
BNDES (g)	612	20.959	21.571	197.295	218.866
Nota promissória (h)	11.538	320.000	331.538	–	331.538
BNDES (i)	169	902	1.071	70.671	71.742
BNDES (j)	154	8.098	8.252	59.772	68.024
BNDES (k)	9.128	25.320	34.448	582.358	616.806
BNDES (l)	16	3.585	3.601	1.217	4.818
BNDES (m)	48	–	48	98.000	98.048
BNDES (n)	156	7.399	7.555	46.858	54.413
	28.478	685.438	713.916	2.485.085	3.199.001

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding: Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R$404.105 (valor original). As demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$384.629. As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são: • A PCH Holding S.A., controlada direta da Cia. é devedora solidária. • Até a conclusão físico-financeira, a Cia. é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida. • Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A. • Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Cia. • Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico. • Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6. • Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização. • Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização. • Seguro garantia dos principais fornecedores. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **b) Operação com BNDES na Controladora - Biomassas:** Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R$377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31/12/2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que iniciou-se em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º/08/2011. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$366.875. As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) desta nota explicativa são as seguintes: • Fiança da CPFL Energia S.A. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Cessão fiduciária de direitos creditórios. • Penhor de cotas (em alguns casos). • Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S.A., durante o período de amortização. • A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani:** Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a "International Finance Corporation - IFC", mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida). Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R$63.000 na SPE Alto Irani e R$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro. Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Cia. 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R$4.211. As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais: • Resgates anuais a partir/12/2010 até dezembro de 2014. • Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo). Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos. Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente. No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Cia. e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto. Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31/12/2012. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$52.546. **d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia:** Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R$91.350 e de R$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuaçú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20/07/2011, a carência foi prorrogada/06/2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15/01/2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$124.508. As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes: • Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica. • Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17/12/2002. • Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento. • Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia. • Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida. • Fiel depositário das máquinas e equipamentos. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas ("covenants"), determinando alguns compromissos assumidos pela Cia. os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente: • O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto. • Retardamento ou paralisação de obras. • Inexecução das obras no prazo contratual. • Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista. • Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação. • Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia. Para a transferência do controle da Cia. conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da dívida. Em 31/12/2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31/12/2012 e em 20/02/2013, a Cia. obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31/12/2012, bem como para o exercício a findar-se em 31/12/2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cros-default. **e) Empréstimos oriundos da Jantus:** Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$144.252. Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos. As principais garantias dessas dívidas são: • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R$56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB. • Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás. • Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo. • Ações das controladas de propriedade da Jantus. • Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$ 16.911 conforme covenant de finaciamento (vide nota explicativa nº 6). • Fiel depositário das máquinas e equipamentos. **f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A. (T-15):** Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R$400.000 em caixa. As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais: • Resgates anuais a partir/06/2013 até junho de 2020. • Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano. Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos. Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial. No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Cia. e o Banco HSBC. Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual foi cumprida até 31/12/2012. A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$397.523. **g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos:** Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R$85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB. Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023. Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos. No dia 20/06/2012 a Cia. obteve a conclusão físico-financeira. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$483.279, sendo R$181.924 do BNB, R$218.866 do BNDES e R$82.489 do NIB. As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são: • Fiança corporativa da BVP S.A. • Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida. • Penhor das ações da Bons Ventos S.A. • Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração. • Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs. • Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6. • Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto. • Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização. • Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização. A Cia. atendeu os "covenants" em 31/12/2012. **h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro:** Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012. Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$331.538. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento liquidado em janeiro de 2013 vide nota explicativa nº 32. **i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes:** No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2,05% ao ano. Até 31/12/2012, foi desembolsado o montante de R$69.982. O saldo remanescente, de R$15.262, deve ser liberado até abril de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir/10/2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$71.742. As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são: • Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico. • A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária. • Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A. • Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico. • Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6. • Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização. • Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia:** Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$68.024. As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes: • Fiança da CPFL Energia S.A. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Cessão fiduciária de direitos creditórios. • Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico. • Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara:** Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses. Até 31/12/2012, foi liberado o montante de R$572.858. O saldo remanescente, de R$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º/08/2011. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$616.806. As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes: • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato. • Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **l) Outros empréstimos e financiamentos:** Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$4.818, sendo R$3.663 contraídos com o Itaú e R$1.155 contraídos com o Banco do Brasil. As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes: • Fiança da CPFL Energia S.A. • Cessão fiduciária de direitos creditórios. • Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada e Bio Coopcana:** Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31/12/2012 foi liberado o montante de R$98.000. O saldo remanescente, de R$111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$98.048. As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes: • Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A. • Penhor de Ações da Controlada. • Conta Reserva. • Cessão fiduciária de direitos creditórios. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A. • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato. • Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato. • Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas:** Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15/05/2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31/12/2012 é de R$54.413. As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois referem-se ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo: • Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R$ 39.175. • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos. • Penhor de Ações da Controlada. • Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Cia. Agrícola Nogueirapis. • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31/12/2012 está representada como segue:

No ano de 2011:

Controladora: Saldo em 2010	Liberações	Reestruturação societária	Juros	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2011
–	300.688	303.322	11.719	(1.537)	(363)	613.829

Consolidado: Saldo em 2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisição Jantus	Aquisição Santa Luzia	Liberações	Juros	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2011
–	378.087	521.134	129.080	136.003	338.308	31.445	(45.130)	(13.784)	1.475.143

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30/06/2011. Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

Controladora: Saldo em 2011	Liberações	Juros	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2012
613.829	362.058	57.304	(27.529)	(17.162)	988.500

Consolidado: Saldo em 2011	Aquisição BVP	Aquisição Lacenas	Liberações	Juros	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2012
1.475.143	500.450	56.256	1.325.406	184.034	(218.094)	(124.194)	3.199.001

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	77.505	231.259
2015	76.287	211.787
2016	76.287	220.000
2017	76.287	223.529
2018 a 2022	329.452	1.036.263
2023 a 2027	224.807	487.431
2028 a 2029	50.640	74.816
Total - não circulante	911.265	2.485.085

16. Debêntures:

No ano de 2011:

Consolidado 2011	Circulante Encargos	Circulante Principal	Total Circulante	Não circulante Principal	Total
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	4.214	27.890	32.104	501.780	533.884
(–) Custos de captação	–	(1.535)	(1.535)	(15.539)	(17.074)
	4.214	26.355	30.569	486.241	516.810

Consolidado: Saldo em 2010	Liberações	Aquisição Jantus	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2011
–	–	517.648	3.187	(4.025)	–	–	–	516.810

No ano de 2012:

Controladora	Circulante Encargos (2012)	Circulante Principal (2012)	Total Circulante (2012)	Não circulante Principal (2012)	Total (2012)	Total (2011)
Debêntures CPFL Renováveis	3.761	–	3.761	430.000	433.761	–
(–) Custos de captação	–	–	–	(3.079)	(3.079)	–
	3.761	–	3.761	426.921	430.682	–

Controladora: Saldo em 2011	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2012
–	430.000	24.044	(3.673)	594	–	(20.283)	430.682

Consolidado	Circulante Encargos (2012)	Circulante Principal (2012)	Total Circulante (2012)	Não circulante Principal (2012)	Total (2012)	Total (2011)
Debêntures conv. FDNE - SUDENE (a)	1.773	33.483	35.256	496.590	531.846	533.884
(–) Custos de captação	–	–	–	(15.539)	(15.539)	(17.074)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	3.761	–	3.761	430.000	433.761	–
(–) Custos de captação	–	–	–	(3.079)	(3.079)	–
Debêntures PCH Holding 2 (b)	–	–	–	174.895	174.895	–
(–) Custos de captação	–	–	–	(1.927)	(1.927)	–
	5.534	33.483	39.017	1.080.940	1.119.957	516.810

Consolidado: Saldo em 2011	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto. juros	Saldo em 2012
516.810	588.193	76.955	(5.856)	2.095	(27.890)	(30.350)	1.119.957

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	–	30.547
2015	20.381	77.568
2016	42.497	82.531
2017	42.557	82.672
2018 a 2022	321.486	587.582
2023 a 2027	–	187.046
2028 a 2029	–	32.994
Total - não circulante	426.921	1.080.940

a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa: As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato. As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029. As principais garantias das debêntures são: • Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R$129.510 à SUDENE. • Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas. • A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo. • As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda. • Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$21.746. (nota explicativa nº 6). **Processo de conversão:** Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Jantus deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM. O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela. As controladas da Jantus são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes: • Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material. • Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos. • Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que devessem ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, consequentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal. **b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2:** Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 158.193 com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir/06/2015. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo inicio ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato. As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes: • A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo. • Manutenção de Índice de Alavancagem consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. menor ou igual a 80%. • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com Caixa Acumulado consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. maior ou igual a 1,15. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis:** Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 430.000, com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a Cia. incorreu em despesas de estruturação financeira de R$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato. As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes: • Cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela da PCH Holding S.A. e BVP S.A. bem como dos direitos creditórios das contas correntes pelas quais deverão circular os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas mesmas. • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00. • Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05. • Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante. • Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75. A Cia. atendeu os covenants em 31/12/2012. **17. Contas a Pagar de Aquisições:** Na controladora e no consolidado, o saldo em 31/12/2012 desta conta totaliza R$11.369, conforme segue: • Inclui R$5.709 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA). • A Cia. firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Cia. deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.252, atualizado monetariamente pelo IGP-M. • A Cia. reteve R$1.408 referente a aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento para o início de 2013. Em 2012, a Cia. liquidou o passivo de R$152.442 (R$151.534 referentes ao preço base e R$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. (ver Nota 1.4) e o valor de R$18.432 relacionado à aquisição da Jantus (ver Nota 1.3), reconhecidos nesta rubrica em 31/12/2011. Em agosto de 2012, a Cia. liquidou o montante de R$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver Nota 1.6) a título de complemento de preço. **18. Adiantamentos de Clientes:** Em 31/12/2012, o saldo desta conta totaliza de R$14.584 (R$68.053 em 31/12/2011), sendo o valor de R$ 13.704 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização Energia Elétrica - CCEE e de outros clientes sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia pelas controladas Bio Formosa e Bio Pedra. A controlada Lacenas apresenta R$ 880, relativos ao faturamento de cliente de mercado livre. **19. Provisões para Custos Socioambientais e Desmobilização: 19.1. Provisões para custos socioambientais:** Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Cia. obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Cia. provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação. A Cia. tem como prática a revisão e atualização de suas provisões. No exercício de 2012, a Cia. revisou suas estimativas de gastos com custos socioambientais e, em decorrência desta, foi feita a reversão no valor total de R$66.773, em contra partida ao imobilizado (lançamento original). Em 31/12/2012, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R$9.278 no passivo circulante e R$17.388 no passivo não circulante. **19.2. Provisões para desmobilização de ativos:** A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31/12/2012, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R$28.829 registrada no passivo não circulante. Desta maneira, os saldos totais registrados em 2012 relativos a "Provisão para custos socioambientais e desmobilização" montam R$9.278 no passivo circulante e R$46.217 no passivo não circulante. **20. Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Tributários:** A Cia. e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Cia. com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

No ano de 2011:

Controladora	2010	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	2011
Trabalhista	–	60	(60)	–	–	–
	–	60	(60)	–	–	–

Consolidado	2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Provisão	2011
Trabalhista	–	–	259	101	360
Cíveis	–	–	–	571	571
Tributárias	–	–	–	93	93
Outros passivos contingentes	–	–	–	13.950	13.950
Total	–	–	259	14.715	14.974
Depósitos judiciais	–	–	–	(24)	(24)

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30/06/2011. Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

Controladora	2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	2012
Trabalhista	–	560	(239)	(119)	9	–	211
Cíveis	–	571	–	–	35	–	606
Outros passivos contingentes	–	35	–	–	–	–	35
	–	1.166	(239)	(119)	44	–	852
Depósitos judiciais	–	(83)	18	–	–	–	(65)

Consolidado	2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	2012
Trabalhista	360	1.374	(1.248)	(241)	11	–	256
Cíveis	571	582	(664)	–	38	93	620
Tributárias	93	–	–	–	–	(93)	–
Outros passivos contingentes	13.950	10.035	–	–	–	–	23.985
Total	14.974	11.991	(1.912)	(241)	49	–	24.861
Depósitos judiciais	(24)	(290)	113	–	–	–	(201)

A Cia. reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R$ 23.985, sendo R$13.950 da Jantus e R$10.000 de Bons Ventos e R$35 da associação da ERSA e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Cia. também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são: **Cíveis:** Em 31/12/2012, as controladas eram parte em vinte e oito ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa original o montante de R$4.144. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre pedidos de indenização em razão de eventuais impactos decorrentes da construção dos empreendimentos. **Trabalhistas:** Em 31/12/2012, as controladas

continua

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R$)

eram parte em cinquenta e seis reclamações trabalhistas com valor total de causa de R$3.190 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos nossos advogados externos como possível. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil. As reclamações trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas. **Tributárias:** Em 31/12/2012, as controladas apresentaram questionamentos tributários em dois procedimentos administrativos de natureza tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R$1.769, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos nossos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil. Em 30/09/2012, éramos parte passiva em 02 processos administrativos de natureza tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R$21.174, cuja possibilidade de perda era considerada como possível. Tendo em vista que a decisão administrativa considerou procedentes tais processos administrativos, a Cia. ingressou com Ação Anulatória perante o Poder Judiciário buscando a anulação dos autos de infração objeto dos processos administrativos. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, tais processos foram classificados com prognóstico de perda remota e, portanto, não foi constituída provisão contábil. **21. Patrimônio Líquido: (a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira:** Em 31/12/2012 e 31/12/2011, o capital social subscrito e integralizado monta a R$2.675.731, representado por 412.274.029 (2.061.370.145 em 31/12/2011) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Cia. **(b) Composição acionária:** A composição acionária da Cia. é a seguinte:

Acionistas	2012 Ordinárias	2012 %	2011 Ordinárias	2011 %
CPFL Geração de Energia S.A.	146.312.932	35,49%	731.564.653	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	113.435.867	27,51%	567.179.333	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	190.413.272	9,24%
Pátria Energia Fundo de Invest. em Participações	33.072.441	8,02%	165.362.205	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Invest. em Partic. Infraestrutura	5.808.543	1,41%	29.042.714	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	157.196.439	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	51.025.261	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%	102.872.952	4,99%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	9.210.360	2,23%	46.051.800	2,23%
Outros (pessoas físicas)	4.132.302	1,00%	20.661.516	1,00%
	412.274.029	100%	2.061.370.145	100%

(c) Agrupamento de ações: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/05/2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Cia. na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Cia. que passou a viger com a seguinte nova redação: "Artigo 4º - O capital social subscrito da Cia. é de R$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." **(d) Reservas de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/08/2011, foram deliberados os seguintes temas: **1)** Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Cia. reduzindo o saldo de reserva de capital no valor de R$56.378 e aumentando o capital social pelo mesmo valor. **2)** Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Cia. O valor corresponde a R$2. **3)** A associação entre a antiga ERSA e a CPFL Energia resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. Na essência contábil, essa operação refletiu uma aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliados a valor justo. O respectivo laudo de avaliação, preparado por especialistas, gerou o registro na atual CPFL Renováveis de um intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R$533.756 (R$528.988 em 2012), em contrapartida à conta "Reserva de ágio na subscrição de ações", no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica "Reserva de capital" até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista. **(e) Reserva de lucros - legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 2012, a Cia. mantem reserva no montante de R$1.578 a título de reserva legal. **(f) Reserva de lucros - retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 2012 a Cia. possuía o montante de R$22.492. **(g) Reserva de lucros a realizar:** No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Cia. ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial. Em 2012, a Cia. possui o montante de R$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício. **(h) Dividendos:** Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **(i) Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Cia. e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Cia. e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações. Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

Lucro básico por ação	2012	2011
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	8.291	68.118
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Lucro básico por ação (R$ por ação)	0,02	0,30
Lucro (prejuízo) diluído por ação	2012	2011
Numerador: Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	8.291	68.118
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(27.837)	–
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(19.546)	68.118
Denominador: Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R$ por ação)	(0,05)	0,30

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações de 2011 levou em consideração o evento ocorrido em 31/05/2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros. O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Cia. (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Cia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício. Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.1) foram considerados anti dilutivos de 2011e 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período. **(j) Reserva de lucros - conta de ajuste de avaliação patrimonial:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("deemed cost"). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$56.973, foi registrado na conta "Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial". O saldo em 2012 era de R$53.352. No exercício findo em 31/12/2012 foi realizado o valor de R$2.536, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados. **(k) Distribuição de dividendos:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Até 31/12/2012 não houve distribuição de dividendos.

	Controladora 2012	Controladora 2011
Lucro líquido do exercício	8.291	68.118
(–) Compensação de prejuízos acumulados	–	(48.464)
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	2.536	1.085
Lucro líquido ajustado	10.827	20.739
(–) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	(541)	(1.037)
Base de cálculo dos dividendos	10.286	19.702
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%, antes da constituição da reserva de lucros a realizar	2.571	4.925
Lucros a realizar:		
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	189.156	126.545
Lucro não realizado	189.156	126.545
Lucro realizado no exercício, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar	–	–
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.571	4.925
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	189.156	126.545
Dividendos recebidos em 2012	44.768	77.373
Parcela ainda não realizada	144.388	49.172

22. Receita Operacional Líquida: As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Receita de venda de energia	31.773	8.624	860.565	180.971
Outras receitas	58	–	383	–
Receita	31.831	8.624	860.948	180.971
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(2.944)	(781)	(49.844)	(7.407)
Encargos regulatórios	–	–	(4.684)	(1.710)
Receita operacional líquida	28.887	7.843	806.420	171.854

Abaixo demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
CCEAR*	–	–	72.467	28.814
CER**	–	–	80.575	56
Mercado Livre	31.773	8.624	309.693	109.060
Proinfa	–	–	397.830	43.041
Total	31.773	8.624	860.565	180.971

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado. ** Contrato de Energia de Reserva. Os contratos de venda de energia das SPEs da Cia. que se encontram em operação em 31/12/2012 têm as seguintes características:

Emprendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)*	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	189,82	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	13,0	221,69	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,5	176,92	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	176,48	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	194,48	IPCA	**
Bio Energia	Mercado Livre	9,7	172,66	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,1	179,01	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	171,89	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,4	171,89	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	18,4	160,79	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	20,2	287,24	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	221,69	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	294,91	IGPM	Junho
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	221,69	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	221,69	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,2	189,82	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	179,01	IPCA	Janeiro
Diamante	Mercado Livre	1,8	164,32	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	6,4	221,69	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,1	221,69	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	12,6	295,32	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	221,69	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	175,53	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,5	338,12	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,5	221,69	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	29,1	285,63	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	7,4	221,69	IGPM	Abril
Lacenas	CCEAR	7,0	187,95	IPCA	**
Lençóis	Mercado Livre	1,0	221,69	IGPM	Abril
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	156,30	IGPM	Abril
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	179,01	IPCA	Janeiro
Paiol	Mercado Livre	11,2	178,99	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,9	285,63	IGPM	Março
Pinhal	Mercado Livre	3,4	221,69	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	189,82	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	333,65	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	338,12	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,9	342,95	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	22,0	323,94	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	176,92	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	4,1	221,69	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	176,48	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	202,76	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	4,2	221,69	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	165,80	IPCA	Agosto
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	179,01	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	4,6	221,69	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,5	221,69	IGPM	Abril
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	294,01	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,9	221,69	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	176,48	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	179,01	IPCA	Janeiro
Total		482,0			

(*) Data de referência: 31/12/2012. (**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

23. Custo de Geração de Energia Elétrica e Despesas Gerais e Administrativas:

	Controladora 2012	Controladora 2011 Reapresentado	Consolidado 2012	Consolidado 2011 Reapresentado
Custo:				
Custo de compra de energia	(22.719)	(5.463)	(79.903)	(12.942)
Encargos de uso do sistema de transmissão	–	–	(32.107)	(4.538)
Custo de operação das usinas	–	–	(53.054)	(4.506)
Materiais	–	–	(15.571)	(271)
Custo de pessoal	–	–	(16.734)	(4.131)
Arrendamentos	–	–	(8.514)	(852)
Depreciação e amortização	–	–	(176.157)	(18.300)
Outros custos de operação	–	–	(5.775)	(152)
Total	(22.719)	(5.463)	(387.815)	(45.692)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(31.316)	(26.374)	(14.915)	(13.678)
Despesas de ocupação	(1.775)	(2.289)	(1.775)	(2.360)
Despesas com viagens e estadas	(1.743)	(1.687)	(2.444)	(1.188)
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A.	–	–	(13.838)	–
Despesas gerais	(1.050)	(4.035)	(6.018)	(4.782)
Serviços profissionais (a)	(34.580)	(26.307)	(43.328)	(31.227)
Impostos e taxas	(54)	(182)	(1.296)	(233)
Outros	(529)	(4.023)	(853)	(916)
Total	(71.047)	(64.897)	(84.467)	(54.384)
Depreciação e amortização	(2.001)	(2.726)	(2.001)	(308)
Amortização do direito de exploração	–	–	(111.006)	(18.773)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1	45	–	614
Remuneração dos administradores	(5.992)	(6.045)	(5.992)	(6.045)
Total	(79.039)	(73.623)	(203.466)	(78.896)

(a) No ano de 2012, foi reconhecido na rubrica de serviços profissionais o valor de R$8.228 referentes a despesas de IPO.

24. Receitas (Despesas) Financeiras:

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Receitas financeiras:				
Juros	–	–	–	120
Receita de aplicação financeira	13.170	24.135	41.812	53.646
Variações monetárias ativas	–	–	4.247	–
Ajuste a valor presente	–	–	3.216	1.642
Outras	37	70	7.186	1.628
Total	13.207	24.205	56.461	57.036

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos	(81.348)	(11.719)	(260.989)	(34.632)
Juros capitalizados no imobilizado	18.377	6.861	32.528	6.861
Fiança bancária/Comissões e corretagens	–	(384)	(6.396)	(2.405)
Variações monetárias passivas	–	–	(2.913)	–
Ajuste a valor presente	–	–	(3.019)	–
Outros juros	(85)	(16)	(84)	(1.724)
Outras	(246)	(2.892)	(13.211)	(2.898)
Total	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social: 25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes: A Administração da Cia. adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora 2012	Controladora 2011	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.291	68.666	17.516	69.504
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de IR e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.819)	(23.346)	(5.955)	(23.631)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	44.627	42.110	–	–
Outras adições permanentes	(2.279)	(9.537)	(13.242)	(12.846)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	–	–	(10.439)	–
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(39.529)	(9.775)	(25.566)	(2.858)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	–	–	5.575	–
Lucro (exceto resultado financeiro) das controladas cuja				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	–	–	66.617	47.394
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	–	–	(26.245)	(6.626)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	–	(548)	(9.255)	1.433
Impostos - corrente	–	(548)	(36.226)	(5.700)
Impostos - diferido	–	–	26.971	7.133
Impostos líquidos	–	(548)	(9.255)	1.433
Alíquota efetiva - %	0,0%	(0,8%)	(52,8%)	2,1%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da Jantus, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real. As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico Jantus pela Cia. e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras. Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

a) Ativo:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
Jantus	11.491	14.285
Baixa do ativo diferido nas controladas	–	7.162
Outras diferenças temporárias:	–	106
Valor. justo de ativo imob. (menos valia do ativo imob. apurada em aquis. de negócio):		
Jantus	52.280	54.973
BVP	55.931	–
Total - ativo	119.702	76.526

Expectativa de recuperação	Consolidado
2013	8.217
2014	8.472
2015	8.445
2016	8.553
2017 a 2019	16.646
2020 a 2022	16.646
2023 a 2025	16.646
2026 a 2028	16.646
2029 a 2032	19.431
Total	119.702

b) Passivo:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	27.387	32.153
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	364.377	373.610
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	332.005	348.014
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	29.023	29.977
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	637	–
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	251.007	–
Intangível - direito de exploração/autorização - Lacenas	6.002	–
Outras diferenças temporárias	23.872	14.220
Total	1.034.310	797.974

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado: O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado 2012	Consolidado 2011
Total do ativo	119.702	76.526
Total do passivo	(1.034.310)	(797.974)
	(914.608)	(721.448)
Classificado:		
Ativo líquido	11.491	7.332
Passivo líquido	(926.099)	(728.780)
	(914.608)	(721.448)

d) Movimentação dos saldos de impostos diferidos:

	Consolidado Ativo	Consolidado Passivo
Saldo em 31/12/2011	7.332	728.780
Aquisição da BVP	57.121	16.625
Direito de concessão - Atlântica	–	637
Direito de concessão - BVP	–	258.410
Direito de concessão - Jantus	–	1.090
Direito de concessão - ERSA	–	2.803
Direito de concessão - Lacenas	–	6.073
Realização de impostos diferidos	(18.950)	(45.921)
Reclassificação de impostos diferidos	5.004	(3.382)
Alocação por endidades legais	(39.016)	(39.016)
Saldo em 31/12/2012	11.491	926.099

25.3. Créditos fiscais - Controladora: A Cia. possui prejuízos fiscais não registrados sobre os seguintes valores-base:

	Controladora R$
Prejuízos fiscais apurados até 2012	182.210
Base negativa de contribuição social até 2012	182.210

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. A Cia. apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Cia. ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributários até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos. **26. Instrumentos Financeiros: Gestão de risco de capital:** A Cia. administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Cia. aprovou no último trimestre de 2011, em Comitê Financeiro, a sua nova Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. Desde então, a exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, foi limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa. A Cia. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Cia. e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **26.1. Classificações dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados como: **a)** Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: **(i) Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. A Cia. tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: • Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). • Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7). • Partes relacionadas (nota explicativa nº 10). • Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6). **(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado:** São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. • Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1). **(iii) Mantidos até o vencimento:** Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Cia. tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. A Cia. não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. **(iv) Disponíveis para venda:** Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido. A Cia. não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. **b)** Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios: **(i) Mensurados ao valor justo através do resultado:** São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. A Cia. não possui passivos financeiros nesta categoria. **(ii) Outros passivos financeiros:** São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: • Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15). • Debêntures (nota explicativa nº 16). • Fornecedores (nota explicativa nº 14). • Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17). • Partes relacionadas (nota explicativa nº 10). O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados. As metodologias utilizadas são as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras; • Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Cia. e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que reflete taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras; • Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Cia. e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. **26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial:** A Cia. e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A Cia. e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R$2.161 em 31/12/2012 (R$1.853 em 31/12/2011) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2. **26.3. Considerações sobre riscos: Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Cia. e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Cia. e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Cia. e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". Em 31/12/2012, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$ 66.826 (39,17% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) 33.514 (19,6% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), (iii) R$28.318 (16,6% do total) do grupo CPFL, (acionista controlador), e (iv) R$6.381 (3,7% do total) por um grande consumidor. Adicionalmente, a Cia. possui saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (vide nota explicativa nº 9). **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Cia. e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cia. e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Cia. e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cia. e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Cia. realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado. Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2012 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data-base de 31/12/2012 permaneçam estáveis (CDI em 6,90% a.a., TJLP em 5,5% a.a., IGPM em 7,81% a.a. e TR em 0,41% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário "(1)" é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Cia. para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa de juros do instrumento	Exposição	Cenário I	Elevação/ Redução de índice em 25%	Elevação/ Redução de índice em 50%
Ativo Financeiro						
Aplicação CDB/Debêntures/ Títulos Públicos	CDI	Redução	88.686	5.835	7.293	8.752
Aplicação Fundos	CDI	Redução	655.111	45.966	57.458	68.950
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	2.161	9	11	13
Subtotal			745.958	51.810	64.762	77.715
Passivo Financeiro						
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FDNE	TJLP + 1,42%	Aumento	(2.544.240)	(161.150)	(175.917)	(183.140)
Empréstimos e Financiamentos NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(83.272)	(13.289)	(14.937)	(16.583)
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(330.122)	(24.885)	(24.885)	(24.885)
Empréstimos e Financiam. SAFRA e Debêntures PCH Holding 2 - HSB	CDI + 1,17%	Aumento	(1.062.454)	(82.555)	(99.747)	(116.817)
Empréstimos e Financiam. NPs	108,5% do CDI	Aumento	(331.538)	(1.236)	(1.364)	(1.489)
			(4.351.626)	(283.115)	(316.850)	(342.914)
Variação			(3.605.668)	(231.305)	(252.088)	(265.199)

(*) A Cia. tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros. **Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos:** A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Cia. e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na Nota 19, na seção "Covenants". **26.4. Análise de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Cia. gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Cia. e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Cia. e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora 2012	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Emprést. e Financ.	6,88%	4.393	7.000	65.841	306.367	604.899
Debêntures	8,60%	–	–	3.761	105.435	321.486
Total	7,40%	4.393	7.000	69.602	411.802	926.385

Consolidado 2012	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Emprést. e Financ.	7,68%	475.687	44.315	363.263	1.588.158	2.242.711
Debêntures	7,61%	–	–	39.017	273.317	807.623
Total	7,66%	475.687	44.315	402.280	1.861.475	3.050.334

27. Coberturas de Seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum da Cia. contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe. Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas). Nas contratações de seguros a Cia. é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e nos dão um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegralização do risco, pagando um prêmio proporcional por isso. Todas as novas contratações e renovações são aprovadas nas reuniões quinzenais de diretoria, e por sua vez registradas em atas e resoluções de diretoria.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 2012
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	3.195.736
Responsabilidade Civil	Obras Civis, Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	88.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	647
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	78.736
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	258.363
Total		3.621.482

28. Compromissos: 28.1. Arrendamento mercantil: Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Até 31/12/2012, a Cia. e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2012	Índice Reajuste
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	656,0	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	772,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	415,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	935,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	872,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	424,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	242,0	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	–	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	61,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	–	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	5	nov-10	701	25 anos	18,5	–
Projeto EOL Royalle Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	–	–
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	–	–
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	20,4	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	–	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	–	IPCA
Projeto EOL Olhos Dágua	11	abr-12	1.271	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	10,2	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	4,6	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	2,0	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	4,1	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	–	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	1,1	IPCA
Projeto EOL Oásis	11	out-12	438	35 anos	0,9	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	–	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	10,1	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	–	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	0,2	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	6,4	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	2,2	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	21,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	–	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	10,7	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	5,5	IPCA
EOL Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	–	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	19,7	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R$): 1. Pagará de R$27.272,73 a R$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual; 2. A partir da assinatura do contrato R$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual; 3. A partir da assinatura do contrato R$ 11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual; 4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal; 5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R$ 2,0/ha mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal; 6. A partir da assinatura do contrato R$ 18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal; 7. A partir da entrada em operação R$ 1.000,00 por aerogerador instalado mensal; 8. A partir da assinatura do contrato R$ 35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal; 9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta; 10. Pagamento de R$ 3,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação; 11. Pagamento de R$ 2,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação; 12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R$ 2.500,00 a R$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade; 13. Pagamento de R$ 1,2 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação; 14. Pagamento de R$ 1,0 por ha na fase pré-operacional e 1% da receita após operação 15. Pagamento de R$ 1,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação; 16. Pagamento de R$ 2,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação; 17. Pagamento de R$ 1,2 por ha na fase pré-operacional e 0,7% da receita após operação. Segue abaixo o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado Vencimento	Fixo	Variável	Total
2013	1.822	8.173	9.995
2014	1.885	10.064	11.949
2015	1.995	12.685	14.680
2016	2.046	14.683	16.729
2017	2.316	13.804	16.120
2018 a 2022	–	68.668	68.668
2023 a 2027	–	68.549	68.549
2028 a 2032	–	59.712	59.712
2033 a 2037	–	39.067	39.067
2038 a 2042	–	30.455	30.455
2043 a 2047	–	23.269	23.269
	10.064	349.129	359.193

28.2. Compromisso de aquisição de negócios (preço complementar): A Cia. firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Cia. deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.252 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições. **28.3. Outros compromissos:** Os compromissos da Cia. relacionados a contratados de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação.

Obrigações contratuais em 31/12/2012	2013	2014	2015	2016	2017	A partir de 2018	Total
Contratos de construção de usinas	859.151	483.516	45.038	–	–	–	1.387.705
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	19.041	18.237	20.979	26.234	28.490	235.156	348.137
Total	878.192	501.753	66.017	26.234	28.490	235.156	1.735.842

29. Previdência Privada: A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. Em Julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R$110, registrado na conta de Obrigações trabalhistas. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$199. **30. Transações não Envolvendo Caixa:**

	Controladora 2012	Controladora 2011 Reapresentado	Consolidado 2012	Consolidado 2011 Reapresentado
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	–	–	57.121	103.725
Investimento	66.663	161.404	–	–
Imobilizado	–	–	695.093	953.171
Direitos de autorização	13.109	678.248	779.764	1.119.022
Provisão para riscos cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais	–	–	(14.144)	(5.049)
Empréstimo e Financiamentos	–	–	(556.706)	(781.892)
Impostos diferidos passivos	–	–	(265.120)	(380.468)
Outros	–	–	39.864	(16.415)
Total	79.772	839.652	735.872	992.094
Preço de aquisição a pagar	(1.408)	(17.224)	(1.408)	(168.758)
Outras aquisições a pagar	(186)	(5.873)	(28.278)	(6.826)
Contrapartida paga	78.178	816.555	706.186	816.510
Outras transações:				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	–	–	33.528	–
Encargos financeiros capitalizados	18.377	6.861	32.528	6.861
AFACs capitalizados	138.755	39.323	–	–
Partes relacionadas	3.135	162	4.684	–
Contas a pagar de aquisições	–	21.694	–	174.136
Transferência entre imobilizado e intangível	7.378	–	7.378	–
Reversão de provisão para custos socioambientais	–	–	66.773	–
Reclassificação de impostos diferidos	–	–	8.386	–
Ágio na subscrição de ações	2.082	–	3.155	–
Integralização de capital	–	1.417.434	–	1.417.434

31. Fatos Relevantes: a) Em 8/03/2012, o Conselho de Administração da Cia. aprovou a contratação dos bancos de investimento e outros assessores para iniciar estudos e avaliações visando a possibilidade de efetuar uma oferta pública inicial de distribuição de ações da Cia. **b)** Em 4/10/2012, a Cia. protocolou na CVM o pedido de desistência do processo de sua pretendia oferta pública inicial de ações ("Oferta") em razão das condições atuais de mercado. **32. Lei 12.783 (MP nº 579/2012) - Renovação das Concessões e Outros Assuntos de Interesse:** Em 11/09/2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 em 13/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. Em uma análise efetuada pela Administração da Cia. esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Cia. em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos. A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Cia. o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro. **33. Eventos Subsequentes:** • Em 09/01/2013, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana amortizaram todo o principal e juros das notas promissórias captadas em julho de 2012 vide nota explicativa nº 15-h. As controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V emitiram, na mesma data, novas notas promissórias no total de R$ 230.000 e ao mesmo custo de 108,5% do CDI com vencimento em maio de 2013. • Em dezembro de 2012 as controladas diretas Macacos, Juremas, Costa Branca e Pedra Preta firmaram junto ao BNDES novos contratos de financiamento no valor total de R$175.476 e deste montante, R$115.616 foram liberados em janeiro de 2013. Os R$59.860 restantes deverão ser liberados até março de 2014. O vencimento das operações dar-se-á em abril de 2014 e serão quitados com as liberações da dívida de longo prazo em estruturação com o BNDES. O custo para o subcrédito já liberado é de TJLP acrescida de 3,02% ao ano. • Em 31/12/2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31/12/2012 e em 20/02/2013, a Cia. obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31/12/2012, bem como para o exercício a findar-se em 31/12/2013 e o semestre a findar-se em 30/06/2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default. **34. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22/02/2013.

Diretoria

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Presidente

Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro José Ferreira de Oliveira
Diretor de Operação e Manutenção

João Miguel Mongelli Martin
Diretor de Engenharia e Obras

Tarciso Borin Junior
Diretor Sustentabilidade

Alessandro Gregori Filho
Diretor de Novos Negócios

Marcio Antonio Severi
Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

Contador

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRCSP - 1SP176534/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **CPFL Energias Renováveis S.A. São Paulo - SP -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas ("CPFL Renováveis" ou "Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Avaliação de investimento em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2011 para contemplar algumas reclassificações. Essas reclassificações não afetam o resultado do exercício e o saldo do patrimônio líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora - CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/SP

Deloitte.